VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA
SESSÃO REALIZADA NO DIA CINCO DE DEZEMBRO DE 2024
ATA NÚMERO SESSENTA E DOIS

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e catorze minutos, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Jaime da Silva Quintas, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Alexandra Mónica Soares Amaro, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa almeida, Serafim da Silva Teixeira, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira e Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira.---

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por José Manuel Silva Ferreira, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Joaquim António Dias Tavares, substituído por Jorge Filipe Gomes Pereira, Natália Maria Soares Gonçalves, substituída por Manuel Benjamim Leite Soares, Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, substituído por João Pedro Ferreira Martins, José Fernando Santos Almeida, substituído por Júlia Dorinda Lima Sampaio, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Castro Pinto, Jorge Manuel dos Santos Pereira, substituído por Alcides do Couto Pereira e Pedro Petiz de Castro Viana, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. ----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Alcino de Sousa Lopes, substituído por Sofia Alexandra Oliveira Ramos, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, substituída por Maria Cacilda Guedes da Silva Lopes. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores(as) Vereadores (as): Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. ----------

Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa ----------

Ponto 1 - Público. ----------

Senhor Paulo Pintasilgo (Freguesia de Canelas) na sua intervenção disse estar em representação de um grupo de moradores, da zona do Regato em Canelas, deixando as suas preocupações relativamente à instalação de um edifício industrial com fundamento ou finalidade logística numa zona residencial. Esse edifício ou construção começou há poucos dias, sem qualquer tipo de edital presente e com deposição de entulho nesse espaço, tendo sido levantado um auto. Questionada a Junta de Freguesia de Canelas acerca da legalidade ou não daquela situação, informaram que nada conheciam, seguidamente os mesmos contataram ainda a Gaiurb, e verificaram que existia uma planta aprovada, que cumpria com aquilo que estaria destinado no PDM. Depois dessa aprovação tinha havido um aditamento, a construção na área de transição, implicava a instalação de um posto de combustível dentro desse armazém logístico, apresentava também uma segunda linha de orientação de edifícios. Um edifício com 14 metros de altura, numa zona residencial, que iria trabalhar 24 horas por dia, numa área considerada de descanso, no final de um dia de trabalho. Pediam ao presidente uma reavaliação do processo aprovado, com o número 9418/22, daquilo que para eles estava repleto de várias inconsistências.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues respondeu que no momento não conseguiria ter acesso ao processo. Aparentemente, parecia que o processo estaria em condições do ponto de vista da legalidade. Depois de apresentarem um requerimento para reapreciação a Câmara reapreciará, os moradores não tinham de aceitar o que a Câmara aprovava, porque a Câmara não era discricionária nas aprovações. Teriam de aceitar o que a lei permitia, e o PDM, que era de 2009. Mas a verdade é que para quem tivesse um terreno, fosse ele qual fosse, com uma capacidade construtiva, evidentemente, que o município não poderia, por seu bel-prazer, dizer que esteticamente não ficava bem, ou se enquadrava no

PDM. Claro que colocar uma bomba de gasolina ao lado de uma escola não era exatamente uma coisa que não pudesse ser apreciada em termos de adequação, ainda que o PDM o permitisse. Para funcionar 24 horas, aquela zona não o permitiria, tinha algumas dúvidas. Tinha a certeza de que todos os processos urbanísticos iam às juntas para apreciação. Admitia que pudesse não ter existido por capacidade técnica para fazer uma apreciação técnica, mas não se poderia dizer que as juntas não sabiam de nada. Deixou ainda mais alguns esclarecimentos ao Munícipe. ----------

Ponto 3 - Período de Antes da Ordem do Dia ----------

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) apresentou um **Voto de Saudação** "45 Anos do Serviço Nacional de Saúde", conforme documento em anexo **(vide anexo 1).** ----------

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL) apresentou um **Voto de Recomendação** o "Papel da Polícia Municipal na fiscalização e organização do trânsito", conforme documento em anexo **(vide anexo 2).** ----------

Senhora Deputada Beatriz Castro Pinto (CDU) apresentou um **Voto de Recomendação** "Via de Cintura Interna", conforme documento em anexo **(vide anexo 3).** ----------

Senhor Deputado Joaquim Moreira Barbosa (PSD) apresentou uma **Moção** "25 de novembro", conforme documento em anexo **(vide anexo 4).**----------

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) Ainda sobre o 25 de novembro, leu uma intervenção que, por força das questões regimentais, tinham a intenção de a apresentar como uma moção, mas dado o protocolo fariam isso na próxima reunião. No entanto, do ponto de vista da intervenção, e porque fazia sentido naquele dia os debates, sobre o 25 de novembro, apresentavam conforme documento em anexo **(vide anexo 5).** A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão, e quando fosse oportuno e possível, apresentariam a moção como intervenção, e seria colocada a votação do Plenário, com a importância que achavam dever ser, solene, dos 50 anos do 25 de novembro, a concretizar no próximo ano e que naquele momento se fizesse a comemoração do ponto. Do ponto de vista do Partido Socialista, iriam acompanhar o Bloco de Esquerda na proposta sobre a saúde e a CDU na questão da VCI. Iriam votar contra a proposta da Iniciativa liberal, relativamente à Polícia Municipal----------

Senhor Deputado Paulo José Melo Martins, (PSD) disse que falaria sobre a moção do PSD, mas antes sobre o deputado que lhe antecedeu, que o obrigava a dizer, e em jeito de brincadeira, que o "pai" do "25 de novembro" tinha sido o Partido Socialista. Quanto às propostas do BE, sobre os 45 anos do Serviço Nacional de Saúde, que tem no PS e no PSD, provavelmente os partidos que o lideraram durante todo esse processo,

havia uma passagem, que os deixava confusos. A lei que criou o Serviço Nacional de Saúde há 45 anos, dizia e citando "incumbe prioritariamente ao Estado disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando com o Serviço Nacional de Saúde", e logo a seguir dizem: "mas a Lei de Bases de Saúde no 48º do Governo do PSD trocou tudo". O Estado apoiava o desenvolvimento do sector privado de prestação de cuidados de saúde. Metia-lhe muita confusão aquela embirração ideológica. A propósito da intervenção do deputado João Martins, também deviam recordar o Hospital de Braga que já teve uma parceria pública ou privada, durante dez anos, poupando 80 milhões € ao Estado. Em 31 de agosto de 2019, essa parceria público privada terminou e até então, esse hospital foi considerado o melhor hospital do país. A partir daí era só pesquisarem e verem como é que ficaram os utentes que até ali estavam satisfeitos, o corpo clínico e também como ficou a lista de espera. Era uma birra ideológica. Se a alterassem votariam a favor, caso contrário iriam votar contra. Sobre a proposta apresentada pela IL, votariam a favor, mas consideravam que no momento não se justificaria, porque com maior ou menor rigor, isso já acontecia. A Câmara Municipal provavelmente poderia dar uma justificação sobre isso. Quanto à proposta da CDU, relativamente á Via de Cintura Interna lembrava que voltavam a falar da A29 e esqueciam a A32. ----------

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) referiu duas notas sobre o voto do Grupo Municipal da IL, lembrar que o PCP propôs a abolição das SCUT. Relativamente às comemorações do 25 de novembro, que a direita mais reacionária decidiu impor no calendário político, era essencialmente um ato revanchista contra a revolução do 25 de Abril, de desvalorização e afrontamento aos seus valores e conquistas, uma opção movida por um recalcado e antidemocrático inconformismo com a Revolução de Abril. Um tardio assombro de ajuste de contas da direita com esse ato maior, da história do país, uma operação em si mesmo condenável, mas ainda mais quando imposto no ano em que se comemorava o quinquagésimo aniversário da Revolução de Abril. O que queriam era reintroduzir antigos fatores de divisão na sociedade portuguesa, algo que sucessivos governos de diferentes partidos nunca fizeram. ----------

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL) Começou por citar Mário Soares, que tinha dito, a 1 de dezembro de 2010, que o 25 de novembro era, na história contemporânea de Portugal, uma data tão importante para a afirmação da democracia pluralista, pluripartidária e civilista que no presente tínhamos como a "Revolução dos Cravos". Em 2021 tinha proposto assinalar essa data naquela Assembleia Municipal, não tendo merecido o acolhimento da maioria. Ficava feliz que em 2024 se celebrasse uma data essencial para a democracia em Portugal. Quanto à moção do Grupo Municipal do BE, lamentava que se diabolizasse a iniciativa privada na saúde, que poderia e deveria ser complementar a um Serviço Nacional de Saúde forte e sólido. Nos últimos 24 anos, assistia-se a SNS que encerrava maternidades, que encerrava urgências ou transformava urgências polivalentes em básicas. A falta de pessoal médico, tinha deixado de ser a exceção para ser quase a regra. Continuou a falar de modulação da saúde a nível estatal. O modelo defendido pelo Grupo Municipal da IL era comummente adotado na Europa Ocidental. Finalmente, sobre a

moção do Grupo Municipal da CDU sobre o fim das portagens, que foi aprovado na Assembleia da República, com os votos a favor do PS e do CH, levou a que nos próximos dez anos, Portugal perdesse 1000 milhões de receita, que tinha de acabar porque ia, via Orçamento de Estado, para os concessionários. Outra questão era a questão levantada pelo deputado Paulo Martins, a A32, as pessoas do Olival mereciam o mesmo tratamento que as pessoas da orla marítima de Gaia. Por esses aspetos e todos os outros, a IL iria abster-se. Em todo o caso, dava os parabéns por terem feito um voto bastante sólido a nível técnico.----------

Senhor Deputado Luís Miguel Pereira Alves Nogueira (CDS-PP) perante a moção apresentada pelo PSD sobre o 25 de novembro, disse que a visão do CDS, partido Moderado e Democrático, poder-se-ia espelhar também nalgumas citações de pessoas que não sendo do CDS, nunca o foram, mas nas quais se reviam inteiramente em quase tudo aquilo, que o deputado do PS tinha dito, e em quase tudo aquilo que o deputado do PSD também tinha dito. Era esse o entendimento do CDS. O dia 25 de novembro teria de ser recordado e celebrado por todos aqueles que prezavam e amavam a liberdade e a democracia, pois ambas, a 24 de novembro de 75, estavam ameaçadas. Só com o esforço das forças moderadas e democráticas, e nelas não incluíam o PCP, é que tinha sido possível termos a democracia que atualmente tínhamos. Com a liderança do PS, o PS foi determinante para termos a democracia e a paz social o que louvavam. Citando Ramalho Eanes, disse que o esquecimento do 25 de novembro não ajudava a democracia, porque foi a data em que a democracia se consolidou, essa data deveria ser celebrada tal como acontecia com o 25 de Abril. Não o tendo sido até ao presente O 25 de novembro seria uma correção, porque alguém se queria desviar desse caminho da liberdade. O ambiente que se vivia até ao 25 de novembro era de caos, era a desordem, era o bullying extremista de quem queria impor a um país um regime ditatorial como existia até então. E citando Zita Seabra, que era dirigente do Partido Comunista, ela própria tinha dito que desde que Cunhal apresentou o livro Rumo à Vitória, o que o PCP queria para Portugal era claro, a insubordinação popular armada. Existiam feridas que foram saradas, que deveriam ser relembradas, até para desmascarar algumas hipocrisias, mas não para fazer algazarra disso. Deveríamos celebrar sempre a liberdade. Votaria favoravelmente a moção do PSD, acompanhando também o que o PS trouxera á Assembleia. Em relação às restantes moções e dirigindo-se ao Deputado João Martins., disse não existir um público bom e um privado mau. Existia uma boa gestão ou uma má gestão. Se o público fosse bem gerido, deixavam estar. Se o privado era melhor que o público, teriam de pensar nisso, comparar e avaliar do seu valor. Na sua opinião não podíamos era ser rígidos, o sector privado da saúde só existia porque o sector público não tinha conseguido responder àquilo que os utentes queriam do Serviço Nacional de Saúde. Era por isso que metade da população portuguesa já tinha seguro de saúde ou se queriam ser atendidos com alguma celeridade, usavam o seu seguro de saúde ou o seu subsistema de saúde para aceder aos hospitais—privados.—Para terminar, disse acompanharem favoravelmente o voto da CDU e o voto da IL. Faziam a ressalva que achavam que a Polícia Municipal deveria agir mediante as suas capacidades, como era óbvio.----------

Na sequência de um pedido de interpelação á mesa, por parte do PSD, e recusado, foi solicitado pelo grupo Municipal do PSD, a suspensão dos trabalhos por cinco minutos. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, ***anunciou a votação dos documentos pela ordem que foram apresentados e perguntou ao Bloco de Esquerda se aceitaria alterar o documento, conforme pedido do PSD.*** ----------

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) respondeu ao senhor Deputado Paulo Martins, e tendo apreço por ele, que não, tendo em conta um parecer do Tribunal de Contas de 2016, que dizia que o Hospital de Braga estava a falhar nas suas funções. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Municipal da BE, "45 Anos do Serviço Nacional de Saúde". ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 39 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN), 05 votos contra do PSD, e 04 abstenções (02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, "Papel da Polícia Municipal na fiscalização e organização do trânsito". ----------

Votação: Rejeitado por Maioria, com 34 votos a contra (19 do PS e do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 09 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL) e 05 abstenções (02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN). ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, "Via de Cintura Interna". ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 abstenção da IL. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Moção, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, "25 de novembro". ----------

Votação: Rejeitado por Maioria, com 39 votos contra (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN), 09 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL). ----------

4.20. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Orçamento e Opções do Plano para o ano 2025, nos termos do art.º 27.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro (alterada pela Lei n.º 66/2020)". ----------

O Senhor Presidente da Mesa Pediu a todos os deputados que interviessem com a máxima contenção, dizendo tudo o que tivesse de ser dito, mas se houvesse necessidade, no decurso daquilo que os deputados iam dizendo, se alguma força política entendesse intervir que sinalizasse. Era mais fácil para a condução dos trabalhos. ----------

Pedido de Esclarecimento do Senhor Deputado Paulo José Melo Martins, (PSD) Disse que a única intervenção que iria ser feita era da deputada Ivone Santos. Não era habilidade, mas simplesmente para acautelar a possibilidade de falar, caso fosse interpelado por outro deputado.----------

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL) sobre o Orçamento Municipal para 2025, disse que representava algo de especial, representava o último orçamento municipal de um executivo que já estava no poder há 11 anos. Era o culminar de toda uma visão política para Vila Nova de Gaia. Primeiro, o lado da receita, particularmente os impostos diretos, esclarecia um ponto respeitante à última sessão da Assembleia Municipal, particularmente no que dizia respeito ao IMI, que segundo o Código de IMI, a taxa dos prédios rústicos era totalmente fixa 0,8%, no entanto, o Código de IMI permitia alguma flexibilidade no que dizia respeito à aplicação da taxa dos prédios urbanos, sendo que Gaia escolheu por maioria fixar a taxa para 0,36%. A IL, tinha proposto uma taxa diferenciada para as freguesias do município, tendo em conta que o concelho era heterogéneo com valências, infraestruturas e desafios. O Presidente executivo apontou que representava uma perda de receita para aquelas freguesias aludindo à receita dos prédios rústicos. Continuou a expor o seu ponto de vista, analisando o art, 23 sobre a aplicação do IMI e para justificar a sua posição. Analisando os mapas Previsionais, verificou um resultado líquido do período de cerca de 1,5 milhões € para 2025, o qual achou um valor incipiente, face a todos os compromissos decorrentes de projetos plurianuais de investimentos, mas que permitiria alguma margem para aquela diferenciação fiscal que, o executivo não quis tomar partido. Do lado da despesa, reconhecia a existência e a insistência do Executivo na despesa, na educação e que esperavam que trouxesse retorno ao município a longo prazo. A despesa na educação por produzir efeitos a médio e longo prazo e não de forma imediata, tendia a ter menos atenção numa perspetiva local. No entanto, era positivo que Gaia tivesse feito um investimento contínuo nessa matéria, mesmo por vezes, em alguns experimentalismos. Perguntou por vários investimentos prometidos, tais como a construção, na margem sul do rio, de uma nova Leonesa, com a promessa de 15.000 postos de trabalho, o que aconteceu com o Skyline, qual o ponto de situação desses investimentos. Lamentava que Gaia chegasse a 2025 e não fechasse com chave de ouro 12 anos de governação socialista, quer do lado da receita, quer do lado da despesa. Os pontos fortes da governação do atual executivo não conseguiu suplantar

aquilo que eram as fragilidades e os pontos fracos decorrentes de decisões políticas constantes naquele documento. Por todos os argumentos expostos a IL votaria contra o Orçamento. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse, que por uma questão de economia de tempo, e porque muitas questões podiam ser idênticas ou sobre os mesmos assuntos, responderia no final a todas as questões. Abriu uma exceção para dizer ao deputado do IL, que tomou nota das questões levantadas, que em nada tinham a ver com o Plano e Orçamento, mas com o relatório e contas. Em abril falariam. ----------

Senhor Deputado Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira (PAN) disse, que sendo o Orçamento Municipal um documento estruturante das políticas que se queriam implementar e desenvolver, deveriam sempre refletir numa ideia de progresso económico, social e ambiental, num quadro de sustentabilidade. Era nesse modelo conceptual que a posição do PAN se afirmava, passando por uma visão integrada e interligada entre as diferentes áreas, desde a adaptação à mitigação e resiliência em relação às alterações climáticas, a mobilidade, o ordenamento do território à habitação e educação à saúde, a sustentabilidade das contas, o investimento duradouro e a proteção animal. O PAN tinha trazido a debate, quer naquela Assembleia Municipal, quer no âmbito do exercício de direito de oposição, temas relacionados com a literacia ambiental, com a mobilidade inclusiva, resíduos, a economia circular, a transição energética, a dinamização de comunidades energéticas, a violência, a igualdade de género, a problemática da discriminação em relação à orientação sexual, a saúde e a proteção animal. Para terminar, apesar de estarem de acordo com muitas das medidas anunciadas, certo era que outras ficaram aquém daquilo que era expectável e nesse sentido, a abstenção era aquela que melhor definia a sua posição sobre o Orçamento, conforme documento em anexo **(vide anexo 6)** ----------

Senhor Deputado Alcides do Couto Pereira (CH) disse, ao analisar o Orçamento Municipal de Vila Nova de Gaia para 2025, verificarem que se tratava de um documento que, lamentavelmente, espelhava falta de ambição na gestão autárquica dos últimos 12 anos. Com uma receita prevista de 284 milhões €, o maior orçamento de sempre. Seria expectável um plano ambicioso e transformador para o terceiro maior município do país. Contudo, o que lhes era apresentado não passava de um exercício de protelação. Um documento que não ia ao encontro das reais necessidades de todos os gaienses. Em 12 anos de governação, o executivo beneficiou de cerca de 2 milhões € em receitas, um período extraordinário de crescimento financeiro que, infelizmente, não se traduziu num desenvolvimento proporcional do concelho. Continuávamos a ter assimetrias entre freguesias do litoral, centro e interior, tais como transportes, saúde, criação de postos de trabalho e outros. Por todas as razões, aquele orçamento não era mais do que o exercício de protelação. Por essa ausência total de visão estratégica para o desenvolvimento de todo o concelho, o voto seria contra, conforme documento em anexo **(vide anexo 7)** ----------

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) disse, estarmos longe do concelho vibrante que garantisse a quem ali vivesse e trabalhasse a qualidade de vida que se exigia em diversas áreas centrais para a determinação da qualidade de vida, como a habitação, a mobilidade, até dos mínimos necessários. Assim, aquele Orçamento refletia naturalmente, 12 anos de uma gestão autárquica. Uma oportunidade única, do ponto de vista das condições políticas reunidas e repetível, com a maioria na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, nas Juntas de Freguesia. Vários anos de governo do mesmo partido e dois deles, inclusivamente em maioria absoluta. Uma oportunidade para falarem de um concelho profundamente mais coeso socialmente, territorialmente e culturalmente. As respostas que se deram foram insuficientes e as respostas erradas deixaram claro que se tratou de uma oportunidade desperdiçada. Com isso, a CDU não diz, como nunca disse, que Gaia estava parada no tempo. Vila Nova de Gaia, integrada na área urbana do Porto, necessitava de uma estratégia metropolitana para o transporte público, uma rede integrada, articulada e coerente entre os vários modos de transporte público. Além de ser um imperativo constitucional, era uma urgência do século. Do serviço de transporte á habitação, que desde cedo caracterizaram como mais uma transferência de encargos, do que de competências. Afirmaram que nenhum Presidente de Câmara, de nenhum partido, ou de nenhum lugar, podia verdadeiramente afirmar que sozinho iria resolver os problemas na habitação. Por mais boa vontade que tivesse, por mais que colocasse envelopes financeiros, dirigindo-se a todos afirmou que na Assembleia Municipal, a CDU tinha levado aquelas e outras questões, outros problemas e outros desafios. Concordando ou discordando, como era normal de qualquer intervenção, a CDU sempre contribuiu para que o debate ali fosse sempre ligado aos problemas do povo. Da sua parte e pelo facto de se tratar do último debate do Orçamento, cumprimentava o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentava o seu Presidente da Câmara Municipal pelos debates e pelos esclarecimentos que deu ao longo do mandato. Terminava como começou e citando "Do concelho que temos ao concelho que queremos vai sem dúvida uma grande distância." ----------

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) referiu que, a apresentação e aprovação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano era um passo de máxima importância para a governação de um município. Achava que era uma ideia que todos concordavam e subscreviam. Mas tinha falta de capacidade de leitura dos documentos que chegaram. Havia muitos mapas em anexo que não estavam legíveis e era uma dificuldade para a análise concreta. Sugeria para que no futuro os mapas fossem disponibilizados numa folha de cálculo editável para permitir fazer contas, sem prejuízo de que a versão legalmente válida fosse a que era fornecida em formato de PDF. ----------

Senhora Deputada Ivone Maria Oliveira de Sá Santos (PSD) na sua intervenção, relativamente ao ponto em discussão, referiu que, tendo presente que, conforme o estipulado na Constituição da República Portuguesa, artigo 235, "as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas", consideravam que a elaboração do

orçamento de uma Câmara deveria, obrigatoriamente, ser norteada por esse fim e, nesse sentido, responder às necessidades mais prementes dos seus munícipes. A falta de habitação, os elevados valores de renda, inacessíveis a muitos dos gaienses, a falta de transportes coadunados às necessidades dos gaienses, sobretudo das freguesias mais distantes do centro da cidade, que parecia estar longe de estar resolvida com a atual prestação da UNIR, eram algumas das preocupações mais prementes dos gaienses e que deviam, portanto, estar subjacentes à elaboração do orçamento em apreciação, designadamente no que respeitava à política fiscal, de habitação e transportes. O PSD considera também ser fundamental implementar políticas que funcionem como polo de atracção de boas empresas para o Concelho de Gaia, que criem emprego qualificado. A elaboração do orçamento não pode também ser alheia aos novos desafios que se colocam, como sejam, designadamente, o envelhecimento da população e a necessidade de dar resposta a esta classe etária da população, as questões climáticas e ambientais, a pobreza energética e o desenvolvimento tecnológico. A Senhora Deputada salientou, ainda, que que diversos investimentos mencionados no documento em apreciação já constavam de anteriores orçamentos e, até hoje, não foram sequer iniciados .A Senhora Deputada Ivone Santos salientou, também, que o PSD não podia deixar de repudiar a menção à gestão do executivo do PSD como sendo desastrosa quando todos sabiam que foi essa mesma gestão que muniu o concelho de infraestruturas que permitiram atrair investimento para o concelho, capaz de gerar receitas elevadíssimas, das quais beneficia o actual executivo. Ao abrigo da Estratégia Local de Habitação, preocupa o PSD o baixo grau de execução do contrato-programa, nomeadamente o reduzido número de entrega de casas e o atraso considerável na construção de novos fogos, sinais que indiciam o risco sério do Município perder parte substancial do financiamento ao abrigo do PRR e, ainda mais grave, ficar sem soluções para dar resposta, após 2026, aos cerca de 1.500 pedidos de habitação pendentes nos serviços municipais (Listagem da Gaiurb a Agosto de 2024) de famílias vulneráveis e em condição económica difícil. A Senhora Deputada Ivone Santos manifestou agrado com o acolhimento da fixação da participação variável no IRS nos 2,5%, patamar pelo qual o PSD tem, sucessivamente, pugnado, de modo a reduzir a discriminação negativa dos gaienses face aos portugueses de outros Municípios. Em relação ao IMI e à derrama, manifestou que a proposta de redução do PSD não teve o mesmo acolhimento. A Senhora Deputada Ivone Santos referiu que, em linha com os orçamentos apresentados em mandatos anteriores, o presente orçamento mantém a trajectória de crescimento das despesas com pessoal (+15,7M€ em 2022, + 13,5M€ em 2023, +6,1M€ em 2024 e +9,8M€ em 2025, ou seja, em 4 anos as despesas com pessoal mais do que duplicaram) e que o crescimento das despesas com pessoal, nesta ordem de grandeza, como o PSD tem vindo a referir ao longo dos anos, gera uma grande apreensão dado tratar-se de uma despesa "rígida" e que, em caso de retração da receita, poderá gerar pressões financeiras nas contas do Município. Salientou ainda que lhes parece que o acréscimo de custos com pessoal estimado para 2025 não será justificado apenas pela Descentralização de Competências – uma vez que parte do aumento decorrente desta já se encontrava reflectido em 2024 - nem

pelas actualizações salariais. A Senhora Deputada Ivone Santos referiu que o orçamento de 2025 apresentava lacunas de informação, pois, se do lado das receitas era possível aferir que o valor transferido para o Município no âmbito da transferência de competências era de 30,8M€, já do lado das despesas não era possível aferir o valor de despesa decorrente da transferência de competências, não sendo, assim, possível determinar o impacto das transferências de competências no saldo orçamental e apurar, consequentemente, a necessidade de reforço do Fundo de Financiamento de Descentralização de Competências, uma vez que Orçamento Municipal não pode ser onerado pelas competências transferidas. Por fim, a Senhora Deputada Ivone Santos referiu que constatavam que o orçamento apresentado cumpria com a regra do equilíbrio orçamental. Porém, não deixavam de manifestar preocupação com a reduzida margem apurada de apenas 55,34 mil euros. Face ao exposto, o PSD votaria contra o Orçamento e opções do Plano 2025, conforme documento em anexo **(vide anexo 8)**----------

Senhor Presidente da União de Freguesia de Pedroso e Seixezelo, Filipe da Silva Lopes, disse estarem a apreciar e Votar o Orçamento e opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2025, o último orçamento daquele ciclo autárquico. Quando analisavam o documento e alguns ali estavam desde 2013, já tinham dificuldade em lembrar o estado caótico em que se encontravam as finanças da Câmara Municipal. Estado esse que penalizou as ambições dos executivos, quer municipal, quer das freguesias, que iniciavam as suas funções, a grande maioria pela primeira vez, e com a vontade de fazer diferente. Após o equilíbrio financeiro do município, foi possível colocar em prática os seus projetos e ambições. 11 anos volvidos e sob o lema "Dedicados a Gaia", foi possível devolver a esperança e confiança aos gaienses, criando um conjunto de ações onde o único objetivo era a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a realização de um conjunto de investimentos inteligentes, sustentáveis e estruturantes para o futuro do concelho.-Destacou os inúmeros projetos imateriais, implementados pelo município, que permitiram respostas a um conjunto amplo de necessidades. Ao mesmo tempo disse que os Presidentes de Junta, sentiam no Executivo Municipal um imprescindível parceiro na concretização dos seus projetos e objetivos. Deixou alguns exemplos da obra realizada, nas freguesias e por todo o concelho, durante aquele ciclo. Poderia ter mencionado muita outra obra realizada, a decorrer ou em vias de se iniciar, tal era a capacidade de investimento do Município para 2025. Mediante o documento apresentado pelo Executivo Municipal, o Grupo Parlamentar dos Presidentes de Junta votaria favoravelmente o documento. ----------

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) disse ser a última vez que traziam um orçamento e opções de plano, no caso para 2025. Toda a informação sobre os documentos em discussão, bem como outros que com ele se relacionavam, eram públicos, mas sabia que nem sempre a informação resultava em conhecimento.-Começou por citar a publicação do anual da Ordem dos Contabilistas Certificados, que no seu anuário apresentava alguma informação, que lhe parecia útil para todos e talvez a transformassem numa espécie de um lucro pedagógico. Tentando uma comparação entre 2023 e 2013. Dez anos. Em 2013, o volume

de investimento era de 21,9 milhões. Em 2023 foi de 38,4 milhões, quase o dobro. Em 2013, foram pagos 9,2 milhões de empréstimos e em 2023, 25 milhões. Tinham sido o terceiro concelho do país com a maior diminuição do passivo exigível. A Câmara pagou mais de 200 milhões de passivo municipal. As contas no verde eram apenas um instrumento não o seu objetivo. Era algo que todos precisavam para prosseguir com a trajetória de desenvolvimento do território e estavam orgulhosos do trabalho feito na área financeira. Ouviram pela voz de inúmeros intervenientes, no debate político, uma crítica recorrente acerca dos impostos em Gaia, que eram muito altos e poderiam ser mais baixos. A Câmara tinha baixado sete vezes o IMI e perguntava quantas vezes isso tinha acontecido nos executivos anteriores. Eram quase 8 milhões € que ficavam do lado das pessoas, mesmo sabendo que menos impostos significaria menos investimento. Deixou a pergunta qual seria o imposto que a oposição diminuía e o que deixavam de fazer para concretizar isso. O orçamento da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia para 2025 era de 84,76000000 €, mais 12,86000000 € que no ano passado e desse valor quase 70% eram receitas correntes e 30 receitas de capital. Existia uma marca que não podiam deixar de destacar, as políticas na área social. Eram uma importante e significativa dimensão do seu projeto político, algo quase impossível de comparar com qualquer coisa que tenha sido feita no passado, tal a disparidade de elementos para analisar. Apontou a educação, a saúde e referindo o heliporto em obra de1,5 milhões €. Lembrou o voto de várias bancadas na Assembleia, quando o Executivo e a maioria do Partido Socialista optaram por usar dinheiro do orçamento municipal, para investir no Hospital de Vila Nova de Gaia. Apostaram em Quatro Unidades de Cuidados Continuados 342 lugares, no Centro de Saúde dos Carvalhos, em Adjudicação, no Centro de Saúde Grijó, projeto e execução em fase final. Reabilitaram oito escolas, quatro novas creches. Desenvolveram o Gaia aprende mais e Gaia aprende mais i, Escola Ciência Viva, Apoios Sociais nas escolas. No âmbito municipal, falava das novas oficinas municipais, do novo quartel da polícia e da nova frota de veículos pesados do município. Continuou a apontar a evolução na área da mobilidade e das verbas necessárias. Um orçamento de 285 milhões que se apresentava numa trajetória crescente, num modelo de desenvolvimento sustentável e onde as contas estavam ao serviço da política e onde a política estava ao serviço das pessoas. Orçamentos apresentados e taxas de execução elevadíssimas, como já tinham sido destacadas, tornavam muito credíveis os documentos. Concretizados nos últimos dez anos resultavam de um projeto iniciado em 2013, assim trabalhado de forma pensada e estruturada, com projetos que ficavam para lá dos seus mandatos. Dedicados a Gaia e ao seu-futuro, assim aprovavam de forma entusiasta, o documento apresentado pelo Executivo, a quem saudavam. conforme documento em anexo **(vide anexo 9)**----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse, que dentro do que conseguiu anotar de mais importante para responder, mais do que propriamente fazer considerações políticas genéricas, estariam todos, em abril, a discutir o relatório e contas e para fazer o balanço, não apenas de um mandato, mas de um ciclo autárquico. Pois até poderia fazer sentido falar em falta de ambição, aspetos muito

negativos, quando se fazia a avaliação de um mandato. Quando se fazia uma avaliação de caráter mais estrutural e de um ciclo autárquico, o Executivo era apenas a segunda vítima ou o segundo alvo do ataque, porque verdadeiramente o primeiro alvo, no caso concreto, era o povo. O povo em duas eleições seguidas, deu 60% a uma gestão municipal. Poderíamos achar muito, mas haveria de acontecer alguma coisa para que o povo, em tempos da grande ambição o fizessem. Assustava-o ver naquela assembleia quem olhasse para o passado, com uma saudade assustadora e com vontade de dizer mal e desvalorizar, da parte de alguém que não foi capaz de construir uma efetiva alternativa. Tentou corrigir explicando algumas situações referidas, pelos deputados, e que não concordava. Lembrou que só teria nove meses de gestão do próximo ano, mas que também se perceberia que seriam nove meses mais fortes do ponto de vista financeiro, até porque teriam um subsídio de férias, a maior parte dos meses de massa salarial, etc., E arriscava-se a dizer que tinha uma confiança muito grande de que pudesse ser o orçamento com a maior taxa de execução. Lembrou o facto de a Câmara Municipal ter vendido, por 30 anos, o estacionamento na via pública, recebendo à cabeça todo o dinheiro das rendas e depois durante 30 anos os autarcas a seguir ficaram sem nada. Nesse ano teve um crescimento de 20 milhões € de uma receita extraordinária, também isso contribui para fazer crescer os orçamentos. Mas aquilo que era relevante e que ficava para memória futura era a qualidade de um orçamento apenas do ponto de vista técnico e não do ponto de vista político. A qualidade de um orçamento media-se, não pelo volume de dinheiro que inscrevia, mas pelo volume de dinheiro que executava. Ter um orçamento de 300 milhões e só executar 150 de pouco servia, o melhor era ter um orçamento de 200 milhões e executar 200. O orçamento era menor, mas a taxa de execução era 100%. As entidades, o que faziam não era verificar se o orçamento aumentava muito ou pouco, era perceberem se ele tinha tido uma boa taxa de execução ou não e quanto é que se executava. Achou que o Partido Socialista, na sua intervenção, sintetizou bem o que poderia ser um equilíbrio bom. Recordou que teve influência como presidente de Câmara e se deslocou várias vezes para lutar por investimentos para Gaia, quer fosse pelo Corte Inglês, ou pela linha do Norte ou ainda ter sido o primeiro presidente de Câmara de Vila Nova de Gaia, a presidir à área metropolitana. Um dia entregaria o testemunho a alguém que também iria correr muito e todos seriam mesquinhos se continuassem com a tendência de sempre que chegavam, olhassem para trás e dissessem que tinha sido uma desgraça, uma vergonha.-Vila Nova de Gaia era o concelho com maior número de projetos do país, no âmbito do PRR. ----------

Senhora Deputada Ivone Maria Oliveira de Sá Santos (PSD) mencionou que o Presidente gostava de enfatizar os adjetivos e tendo o presidente referido que lhe deixaram dívidas para pagar, perguntou-lhe se quando fosse embora deixava o passivo da Câmara a zero, pois, não acreditava nisso. Ressalvando achar que os financiamentos deviam ter maturidade de acordo com a sua finalidade, referiu que a Câmara tinha financiamentos a 20 anos, pelo que os mesmos também iam ser deixados pelo Sr. Presidente para outros pagarem. Era uma constatação. Se a Câmara contratava financiamentos a 20 anos, parecia-lhe que não os

iria pagar num ano, nem em seis meses, nem em sete meses. Ironizou que, a acreditar no Sr. Presidente, este iria terminar o mandato com a Câmara sem qualquer passivo, apenas com fundos próprios, o que iria ser fantástico, mas que na sua opinião tal não iria acontecer. A Senhora Deputada referiu ainda que o PS e o executivo não queriam falar de contas, que falar de contas era só no ano seguinte, mas depois falavam do anuário financeiro. Em resposta ao deputado João Paulo, que falou no anuário financeiro, a Senhora Deputada referiu que o Sr. Deputado se esqueceu de dizer que Gaia era dos municípios com maior despesa de pessoal paga e o 2º município com maior valor de passivo exigível. Afinal o Anuário financeiro também dizia umas coisas menos boas acerca do Município. Ainda em resposta ao Sr. deputado do PS, que falou no número 200 (milhões), a Senhora Deputada também acentuou o número 200, mas para referir que 238 milhões foi quanto o PS arrecadou de impostos e taxas nos seus últimos 8 anos de mandato a mais do que o valor arrecadado pelo PSD nos seus últimos 8 anos de mandato e que isso se deveu aos investimentos feitos pelo PSD no seu mandato. O Município, nos últimos 8 anos, recebeu impostos e taxas no valor de 720 milhões de euros quando o PSD, nos seus últimos oito anos de mandato, de impostos e taxas, recebeu 482 milhões de euros. De facto, no executivo do PS, a Câmara recebia muitos mais impostos do que no executivo do PSD, o que dava em média mais 30 milhões por ano. Relativamente às despesas com pessoal, referiu que consultando os Relatórios e contas constatava-se que o valor de gastos com pessoal era de 44 milhões € em 2020 e de 46 milhões de euros em 2021 e o valor que estava no Orçamento para 2025 de gastos com pessoal era 87 milhões €. Assim, em face do exposto, queria dizer que, em 4 anos, os gastos com pessoal duplicaram. Era uma questão de consultar os relatórios.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues tentando responder á deputada e de acordo com o discurso da mesma que tinha dito que de 2022 para 2025, iriam duplicar as despesas com pessoal que não seria. Teria de ir ao primeiro relatório e contas e verificar qual era a despesa efetiva com pessoal. Seguidamente que analisasse o número de pessoas que a Câmara, entretanto tinha recebido e acrescentasse mais 120 pessoas que tinham vindo do Parque Biológico, que também era Câmara, e as 180 da Gaianima, esse volume de pessoas, que entrou para a Câmara, significou uma assunção de responsabilidades para toda a vida. Em 2020, 21 e 22 tinham uma massa salarial que se comparava com 2015 e 2016, que tinham o mesmo tipo de salários, o mesmo tipo de receitas para pagar os salários e com o mesmo tipo de fontes de financiamento. Capitais próprios, receitas próprias. Entre 2022 e 2025 entraram 1500 pessoas para a Câmara que empolava o passivo do lado dos salários. Aumentava os salários, aumentava o volume da massa salarial. A descida dos impostos era preocupante, porque punha em causa a estabilidade do município numa eventualidade de redução de receitas. Do lado da receita, não duplicou nada, a deputada estava a analisar mal. Deveria dizer que, o aumento da despesa com pessoal, foi compensado com receita extraordinária para o efeito específico, da Rubrica de gastos do Estado. Houve uma exceção, o aumento da recruta dos bombeiros, que eram coisas que assumiam da sua responsabilidade. O pessoal que tinha entrado

estava coberto, era pessoal, por uma transferência igualmente extraordinária, irregular, que todos os anos era avaliada num relatório específico e que era ou não compensado pela transferência do Estado. A primeira, se não fosse compensado pela transferência do Estado e houvesse um deficit, que era o que acontecia no momento, o Estado cobria o déficit tecnicamente. Se fosse verdade o que estava a ser dito, então no momento a autarquia estaria a violar as regras do equilíbrio orçamental. Desde aquele momento até dia 31 de dezembro, não teria nenhum fornecedor a pedir-lhe o pagamento de fatura. Relativamente a deixar dívida, tinham afirmado que a Câmara tinha 71 milhões mas desses 71 milhões, tinha cerca de 30 líquidos gerados por eles, o resto transitava para os que vinham a seguir ou para os empréstimos da habitação. Os do tempo do doutor Menezes tinham transitado para ele e iriam transitar para o seguinte. A diferença era que a Câmara não tinha dívida no vermelho. Ninguém acreditaria que uma Câmara Municipal, decente, tivesse dívida zero. Mesmo admitindo que já havia votado contra planos e orçamentos, por razões políticas, não criticava se o PSD votasse contra, mas gostaria de saber se estavam contra o Heliporto - 750.000 €, o Centro de Saúde dos Carvalhos, o Centro de Saúde de Grijó, o ATL para deficientes nas escolas 300.000 € A Ciência Viva, ou o viaduto que iria atravessar os jardins da Arrábida para no Arrábida apanhar aquela gente toda para o metro por ex. Então que dissessem naquilo que não concordavam e a alternativa que tinham para os levar a votar contra o Plano e Orçamento. A finalizar disse que o único que dava uma solução era o Partido Comunista que acusou a Autarquia de fazer pouco, que deveria ter reduzido o imposto total, porque dava mais receita, mas não deram alternativas de despesa. Relativamente ao senhor deputado da IL, quando chegassem ao Relatório e Contas, com toda a consideração, faria o melhor que pudesse para o convencer que valeram a pena os 12 anos decorridos.----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o <u>Ponto 4.20.</u> ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (19 do PS e 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 11 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 CDU, 01 do CH e 01 da IL) e 03 abstenções (02 do BE e 01 do PAN).----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu, que conforme articulado em Conferência de Líderes, os pontos 4.21 a 4.24 seriam discutidos em conjunto, com votação em separado.----------

<u>4.21. da Ordem de Trabalhos</u> "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de

Contrato de trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto, para a Carreira/Categoria de Assistente Técnico (Animador Sociocultural)".----------

4.22. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de Contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, para a Carreira/Categoria de Assistente Operacional". ----------

4.23 da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento na modalidade de Contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado na Carreira Geral de Técnico Superior, área de Engenharia Civil".----------

4.24. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento na modalidade de Contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado na Carreira Geral de Técnico Superior, área de Direito". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.21. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.22. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.23. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.24. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.25. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Concessão para Construção e Exploração do Centro Funerário e Crematório do Município de Vila Nova de Gaia".----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, não sabendo o que tinham decidido na reunião de líderes, disse ser absolutamente fundamental que votassem, e pudessem fechar no 4.28 que seria o ideal----------

Senhor Deputado Joaquim Moreira Barbosa (PSD) Relativamente ao ponto, queria dar uma opinião relativamente ao assunto, relativamente á desconfiança daquilo que era a implementação do crematório, em Canelas, reconhecia que, no passado, ele próprio, tinha essa desconfiança. Depois de ler todo o documento ali apresentado, todos os requisitos, tudo aquilo que era exigido, verificava que cumpria de facto com todas as normas ambientais possíveis, apenas sugeria ao Senhor Presidente, fazer tipo, uma ou outra sessão de esclarecimento para que de facto essa implementação não continuasse a ter contestação, a qual era uma realidade. Que em Canelas pudesse ser feita uma ou duas sessões de esclarecimento com técnicos, para bem de todos, para que de facto, quando a implementação fosse feita, não houvesse mais contestação que sentia existir no momento. ----------

Senhor Deputado Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol (CDS-PP) disse que o que foi dito pelo deputado Joaquim Barbosa era parte daquilo que iria propor. Relativamente ao ponto seria favorável e a todo e qualquer equipamento que se pretendesse fundamental e preponderante para o concelho e no serviço à sua população. Mais ainda, um equipamento que, em seu entender, era crucial para o concelho e certamente para todos os concelhos limítrofes que em muito utilizariam todo esse equipamento. Gostaria de perguntar, por mera curiosidade e conhecimento, por que razão voltava a proposta á Assembleia para aprovação, uma vez que já tinha sido votada anteriormente. Outra questão era que após alguma leitura do caderno do concurso verificou que existia uma certa incongruência na elaboração do mesmo e sobretudo na construção, na parte que dizia respeito à apresentação do projeto e à construção do equipamento. No ponto seis, relativa à descrição dos compartimentos. O articulado de zonas técnicas. A linha D 9, que se referia à garagem com capacidade para quatro veículos funerários. Posteriormente, no ponto nove, no quadro de áreas do articulado correspondente às zonas técnicas onde se inclui a garagem, o quadro apenas contemplava três carros. O que tinha acontecido, conforme documento em anexo **(vide anexo 10).**----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse, que aquele equipamento era mesmo um equipamento, não era um presente envenenado. Se comparassem com o modelo do Tanatório de Matosinhos, aquele que mais perto tínhamos, e estavam a falar de uma geração de tecnologia que já não se usava e o que iriam ter nada tinha a ver com aquele. Poderia apresentar o projeto, mas uma coisa era isso,

outra era apresentar um conjunto de coisas que na verdade eram questões técnicas e legais, porque mesmo que quisessem facilitar a exigência, havia questões legais que não podiam ultrapassar.-Não iria ter cheiros, não se iria ver os fumos, teria uma capela e ficaria numa zona recôndita sem capacidade construtiva. la ser bonito. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.25. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.26. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao 2º Edital de Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para implementação de projetos no âmbito do Investimento RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao acesso à Habitação – Aviso de Publicitação n.º 01/C02-I01/2021, Componente 02 – Habitação – Alterações à Minuta do Contrato Promessa e outros". ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.26. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.27. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público de uma das Parcelas de Terreno, sitas no Lugar da Lavandeira, Freguesia de Oliveira do Douro – Retificação da Deliberação da Assembleia Municipal de 25 de julho de 2024, uma vez que a sua área é de 13.920 m2".----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.27. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.28. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

- **Posturas Municipais de Trânsito na Rua de Nossa Senhora das Dores, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho; ----------**
- **Postura Municipal de Trânsito na Rua dos Abraços, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso;**

- **Postura Municipal de Trânsito na Rua do Rio de Pisão, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo;** ----------
- **Postura Municipal de Trânsito na Travessa das Moutadas, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares;** ----------
- **Postura Municipal de Trânsito na Rua Rio do Paço, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares;** -----
- **Postura Municipal de Trânsito no Travessa de Caetano de Melo, Freguesia de Oliveira do Douro".** --------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.28. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu que a Sessão continuaria no dia 19, por razões que o senhor Presidente da Câmara já tinha explicitado e a ele solicitado, conforme informou na Conferência de líderes. Disse às senhoras e senhores deputados que era o melhor critério inscreverem todos os partidos, que tivessem mais do que um orador para intervir para depois, se fosse o caso, poderem desistir. Dava menos confusão e fluía melhor o trabalho da Mesa.----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo **(vide anexo11)**. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 01 horas e 35 minutos do dia seis de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 1

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

4 de dezembro de 2024

Saudação

45 anos do Serviço Nacional de Saúde

Foi em 15 de setembro de 1979 que pelo ministro António Arnaut e com base no artigo 64º da Constituição da República, foi criado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), através da Lei nº 56/79 que nunca chegou a ser completamente regulamentada.

O que era a situação sanitária no país antes da madrugada libertadora do 25 de Abril fica bem demonstrada nas memórias de Francisco Neto de Carvalho, ministro do regime fascista de Salazar entre 1963 e 1968: "tempos em que não se falava no direito à saúde, cada um tratava de si e o Estado ou outras instituições como as misericórdias acudiam graciosamente, numa base de caridade, aos mais necessitados. Por isso a saúde estava integrada na Subsecretaria da Assistência do Ministério do Interior". Em 1962 tinha sido criada a Direção Geral dos Hospitais, mas sem quadro de pessoal. Em 1965, um Plano Nacional de Vacinação contra algumas doenças infeciosas na infância só avançou com o subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Apesar das forças políticas da extrema-direita defenderem o regime salazarista, a verdade é que num relatório elaborado por Melo Caeiro em abril de 1966 sobre uma epidemia na Maternidade Magalhães Coutinho foi escrito: "não há berços suficientes, a roupa das camas das mães não é mudada diariamente, a sala de banhos das crianças esteve sem água quente durante meses por avaria do termoacumulador, há fraldas a serem usadas durante 24 horas, faltam utensílios de cozinha e seringas, pelo que são usadas em vários doentes" (in "Correspondência do Ministro da Saúde e Assistência dirigidas a Salazar" - Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Em 1968 as dívidas dos três principais hospitais centrais, Santa Maria, S. João e Civis de Lisboa eram superiores a 65 mil contos. Em 1971 o Decreto Lei nº 413 definiu um Sistema Nacional de Saúde que incluía as empresas privadas. Só em 1973 é que surgiu pela primeira vez um Ministério da Saúde dotado de lei orgânica. A mortalidade infantil era das mais elevadas da Europa.

A lei que criou o SNS há 45 anos dizia: "incumbe prioritariamente ao Estado disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o SNS" (artº 64º nº3 d).

Mas a Lei de Bases da Saúde nº 48/90 do governo PSD trocou tudo: "o Estado apoia o desenvolvimento do sector privado de prestação de cuidados de saúde

... em concorrência com o sector público" (Base 37 nº 1). E com tais orientações, os serviços e os recursos públicos foram facilmente capturados pelo "negócio privado da doença": de cada 10 euros do orçamento da saúde, mais de 4 euros passaram a ser gastos em faturas dos privados. Os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) nas mãos dos privados custaram 489 milhões € em 2019, a que se somaram 262 milhões € em hemodiálises. Foram desenvolvidas parcerias público-privadas (PPP) e criadas deduções fiscais para o sector privado. A acessibilidade condicionada em certos subsectores de saúde conduziu ao número brutal de 6 milhões de episódios de urgência/ano nos hospitais do SNS. A financeirização da saúde passou a ser a marca do sector. E aos médicos, enfermeiros e outros profissionais do sector público não foram aplicadas carreiras e salários motivadores.

A questão central sobre o futuro de SNS é a relação entre o Estado e o sector privado empresarial. Com a aprovação da nova Lei de Bases da Saúde em 2019 (Lei nº 95/2019) foi explicitada na sua Base 6 que a responsabilidade do Estado pela realização do direito à proteção da saúde concretiza-se primeiramente através do SNS e de outros serviços públicos, podendo de forma supletiva e temporária ser celebrados acordos com entidades privadas e do sector social, em caso de necessidade fundamentada.

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em 4 de dezembro de 2024, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- Saudar a criação há 45 anos do SNS como serviço público de saúde, geral e universal;
- Manifestar todo o apreço e reconhecimento aos seus profissionais pelo empenhamento e dedicação;
- Pugnar pela implementação dos valores e princípios da nova Lei de Bases da Saúde (Lei 95/2019)

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

João Martins

Nelson Silva

REJEITADO POR MAIORIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA
ANEXO N.º 2

Iniciativa Liberal | Vila Nova de Gaia

Deputado Único | Assembleia Municipal

Voto de Recomendação | Papel da Polícia Municipal na fiscalização e organização do trânsito

O *infomail* de julho de 2024, distribuído pela autarquia, intitulava-se "Gaia em Obras como Nunca". Infelizmente, para a generalidade dos Gaienses que se deslocam pelo concelho, quer de transporte individual, quer de transportes coletivos, a realidade tem sido "Trânsito como Sempre".

Os congestionamentos são cada vez mais frequentes, as dificuldades de circulação uma constante e os atrasos uma realidade diária, com impactos negativos na qualidade de vida, na organização familiar e na economia local.

Reconhecemos a necessidade das obras para o desenvolvimento de Vila Nova de Gaia, mas não podemos ignorar o impacto extremamente nefasto na vida dos cidadãos a curto prazo.

Para além das obras, existem pontos nevrálgicos na cidade já conhecidos como geradores de congestionamentos, como a rotunda de Santo Ovídio, que exigem atenção e uma presença mais efetiva e visível da Polícia Municipal.

Propomos, por isso, que o Executivo Municipal, junto da Polícia Municipal se prontifique a identificar os focos de maiores problemas e que haja destacamentos contingentes para fiscalizar e organizar o trânsito nesses locais do concelho, especialmente nas horas de ponta, por forma a minorar os impactos menos positivos a nível de trânsito das obras atualmente em curso.

Acreditamos deste modo, que a presença da Polícia Municipal permitirá:

- Dissuadir e penalizar infrações: estacionamento em segunda fila, em locais proibidos, garantindo o cumprimento do Código da Estrada;
- Organizar o fluxo de trânsito: orientando os condutores e assegurando uma melhor fluidez, através de sinalização e indicações;
- Prestar auxílio aos condutores: informando e apoiando condutores em dificuldades, indicando desvios e alternativas.

Assim, a Iniciativa Liberal, através do seu deputado único, insta esta Assembleia no sentido de:

- Recomendar ao Executivo Municipal a identificação dos focos de trânsito decorrentes das obras atualmente em curso no concelho e reforço nos destacamentos da Polícia Municipal para minorar os mesmos.

Vila Nova de Gaia, 28 de novembro de 2024

O Deputado Único da IL

PAOD - Recomendação sobre a Via de Cintura Interna

APROVADO POR MAIORIA

O número de veículos a circular na designada VCI – Via Circular Interior ou IC23, um anel que abrange Porto e Gaia, tem vindo a aumentar, designadamente na ponte da Arrábida que, segundo dados do IMT, entre julho de 2019 e julho de 2023 teve um aumento de 113 mil para 119 mil viaturas/dia, e na ponte do Freixo, que registou um aumento 124 mil para 129 mil no mesmo período.

No IC23 confluem, direta ou indiretamente, oito auto-estradas (A1, A3, A4, A28, A29, A32, A43, A44), assim ali originando um movimento diário superior a 250 mil viaturas, muitas delas de transporte de carga que meramente atravessam os territórios centrais de Gaia e Porto mas têm outros destinos.

Naturalmente, tal sobrecarga de utilização origina congestionamentos que em média demoram 3 horas a resolver, não apenas devido a acidentes e avarias, como também devido à incapacidade de absorção de tal volume de tráfego.

O trânsito no concelho de Vila Nova de Gaia tem vindo a agudizar-se, seja por questões circunstanciais, como os impactos do alargamento da rede de Metro, seja por alterações definitivas que impactaram os gaienses, como o fecho do tabuleiro inferior da Ponte Luiz I sem prévia criação de alternativas.

Tendo em conta que:

1. A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia aprovou em 27 de Junho passado uma Moção apelando à abolição das portagens na A29 nesta legislatura, aprovada sem qualquer voto contra e apenas uma abstenção;
2. Existem outras portagens, quer no nosso concelho, na A32, quer noutros concelhos, que impactam profundamente a mobilidade rodoviária na

região e que têm elevado impacto no quotidiano de quem vive e/ou trabalha em Gaia;

3. O Manifesto "Porto sem Portagens" reuniu personalidades, instituições, associações e empresas de vários quadrantes políticos e sociais em torno do objetivo de fazer pressão política junto do Governo e do parlamento para abolir as portagens no distrito do Porto. Perante a injustiça da exclusão do nosso distrito, por comparação com situações similares no resto do país, esta plataforma reuniu autarcas de diferentes partidos, entre os quais o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

E dado que:

A. A designada CREP - Circular Regional Exterior do Porto (ou A41) foi construída com o objetivo de fornecer uma alternativa à VCI para as viaturas que circulam entre o Sul e o Norte litoral e interior;
B. A CREP, para além de representar um acréscimo na distância da viagem, tem portagens, ao contrário da VCI e dos seus acessos, o que constitui um desincentivo à sua utilização;
C. Os sucessivos congestionamentos que se registam na VCI têm um impacto negativo na emissão de gases com efeito de estufa, na saúde e na produtividade dos trabalhadores, sonegando tempo fundamental às famílias, ao descanso e ao lazer;

Face ao exposto, a Assembleia Municipal do Vila Nova de Gaia, reunida em sessão ordinária no dia 5 de Dezembro de 2024, delibera **Recomendar**:

1. **Ao Governo que:**
   a. Elimine as Portagens na ex-SCUT na A29, A41, A42, e os Pórticos da A4 e da A28;
   b. Que garanta uma melhor articulação entre as responsabilidades da PSP e da GNR na VCI e principais autoestradas perpendiculares;
2. **À Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia que:**
   a. Em conjunto com a IP, a PSP, a GNR e a Câmara Municipal do Porto, analise a colocação de meios de intervenção rápida junto à VCI que permitam reduzir, significativamente, o tempo de resolução dos acidentes e incidentes que diariamente ali ocorreml;
   b. Proceda a uma análise detalhada do perfil dos diversos nós de ligação da VCI a outras vias rodoviárias, apresentando um plano de intervenção nos mesmos, que permitam resolver os problemas identificados com o objetivo de melhorar as condições de trânsito dos seus utilizadores.

2024.12.04

Pel'A CDU,

(André Araújo)

GAIA PSD
GRUPO PARLAMENTAR
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 4

MOÇÃO
25 DE NOVEMBRO – UMA DATA FUNDAMENTAL PARA A DEMOCRACIA EM PORTUGAL

Comemoraram-se, em 25 de abril de 2024, os 50 anos em que o Movimento das Forças Armadas (MFA) devolveu ao nosso povo a liberdade de decidir os seus destinos de uma forma democrática.

No dia 25 de abril de 1974 o MFA, não apenas libertou o povo português de um regime autoritário e caduco e lhe entregou uma era democrática, como lhe anunciou o desmantelar de uma guerra colonial absurda, que se prolongava há 13 anos, alimentada pela teimosia e pela falta de visão de uma classe dirigente que não captara, de um modo lúcido e pragmático, o inexorável movimento libertador das colónias europeias.

O "25 de Abril" trouxe-nos a certeza de que Portugal seria um espaço de liberdade, mas, também, de maior responsabilidade individual e coletiva. Acabar com a guerra e descolonizar, numa transição pacífica e ordeira do poder nas então designadas províncias ultramarinas, e desenvolver o país, eram os dois grandes objetivos dos portugueses.

Todavia, uma minoria mal preparada, mas julgando-se capaz de construir em Portugal uma exemplar sociedade nova – desiderato que tinha originado ditaduras implacáveis e sedentas de sangue nos países em que o Partido Comunista tinha conquistado o poder (Rússia, China, Cambodja, Coreia do Norte...) – preparava-se para cometer a mesma loucura em Portugal.

A sociedade civil, então liderada por Mário Soares, levantou-se no Verão Quente de 1975, demonstrando o seu repúdio e oposição ao

caminho para que as forças à esquerda do Partido Socialista, sobretudo o Partido Comunista, queriam conduzir Portugal. Apesar destas inequívocas manifestações de oposição, não tenhamos dúvidas: a inexistir uma orientação firme e inequívoca provinda das Forças Armadas, Portugal precipitar-se-ia numa guerra civil. Se essas forças de esquerda tivessem vencido, o que provocaria uma ampla perseguição e morte de opositores e de supostos opositores, o nosso país seria muito mais pobre e Portugal ter-se-ia transformado na Cuba da Europa. Um resultado que nada incomodava Henry

Kissinger, então Secretário de Estado dos EUA, para quem o futuro descalabro a ocorrer em Portugal seria uma vacina para todo o continente europeu e para todo o mundo.

Felizmente, no dia 25 de novembro de 1975 as Forças Armadas repuseram a ordem democrática e asseguraram que Portugal seria governado sob os desígnios originais do 25 de Abril. O país respirou de alívio perante a vitória deste segundo grande movimento das Forças Armadas, o qual assegurou que nos manteríamos num regime pacífico e democrático e que, em 1986, nos conduziu à integração na União Europeia.

Recentemente, a Assembleia da República comemorou o 25 de novembro de 1975, numa inédita sessão solene, evento que consideramos inteiramente adequado e justificado, e que gostaríamos de ver repetido no próximo ano, no qual se comemorarão os 50 anos do 25 de Novembro de 1975.

Com esta Moção pretendemos manifestar o nosso agradecimento a todos os envolvidos no Movimento do 25 de novembro, nomeadamente, aos elementos do grupo dos Nove, ao General Ramalho Eanes, ao Brigadeiro Pires Veloso e ao Coronel Jaime
Neves e expressar o nosso agrado pelo facto de ter ocorrido a comemoração na Assembleia da República relativa ao 25 de Novembro de 1975.

Esta moção, se aprovada, deve ser enviada à Presidência da República, à Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Estado Maior das Forças Armadas, à Associação de Comandos e à comunicação social.

Vila Nova de Gaia, 5 de dezembro de 2024.

O Grupo de Deputados do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 5

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Exmª Mesa,
Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação,
Caras e caros colegas deputados,
Estimável público,
Comunicação Social
Meus senhores, minhas senhoras,

Permitam-me que comece por onde terminarei, com uma citação de Mário Soares sobre a data que hoje assinalamos:

> *[O 25 de novembro] foi, obviamente, um ponto de viragem que marcou o fim da desfilada em que estávamos a correr para o abismo. Foi um recomeço; um regresso à pureza inicial do 25 de abril; um rasgar de novos horizontes de esperança, com a consolidação da democracia pluralista, num ambiente político de convivência cívica, de alguma paz social e de concórdia nacional.*

O 25 de novembro deve convocar a Assembleia Municipal para um exercício sério de evocação de uma data central na construção da Democracia, permitindo à comunidade que somos valorizar a memória dos acontecimentos da sua história e promover a concórdia a que Soares alude como conquista maior desse dia.

Ao fazê-lo, devemos recusar a opção de quem procura instrumentalizar ou rescrever o passado para alcançar ganhos efémeros no presente. Invariavelmente, quem o faz falha no seu dever de respeito para com a memória de quem se bateu pela liberdade, e rapidamente descobrirá que não retirará qualquer vantagem da quebra dessa concórdia nacional.

Encaremos esta desafio respondendo a duas perguntas: o que foi o 25 de novembro e como o devemos assinalar no quadro da conquista da Democracia e da Liberdade?

O verdadeiro 25 de novembro

Quanto à primeira questão, a sessão de hoje não tem por finalidade servir de oração de sapiência. Ainda que subsistam sobre o 25 de novembro, como em relação a todos os eventos históricos complexos, interpretações divergentes (tantas quantos os intervenientes), sabemos diferenciar os factos das narrativas que não aderem a esses factos.

Pedindo emprestadas as felizes palavras das recentes memórias de Manuel Alegre, ao contrário do que alguns hoje invocam como *leitmotiv* de comemoração, o 25 de Novembro não foi uma vitória da direita sobre a esquerda. Foi uma vitória da esquerda democrática do Portugal de Abril, militar e civil, e de todos os que, de outros campos políticos com ela se aliaram para derrotar a deriva radical e sectária e o aventureirismo equivocado que ameaçava a realização da Democracia. Para além disso, o 25 de novembro não só repôs o espírito e o programa do 25 de abril, como também impediu as tentações revanchistas da direita radical.

É, aliás, nesse espírito conciliador e superador do conflito que se devem entender quer as palavras de Melo Antunes no dia 26 de novembro, reconhecendo o papel insubstituível das forças à esquerda do PS para a construção da Democracia, bem como a intransigência de Mário Soares em aceitar qualquer purga ou leva de prisões, de que deu testemunho várias vezes. Os elementos da direita extremista e radical que pretendiam aproveitar para erradicar parte da esquerda da vida política nacional fazem inequivocamente parte dos derrotados.

Hoje, a melhor forma de homenagear esta capacidade de ultrapassar as divisões é a de não reabrir as fraturas que sabiamente estas gerações fundadoras do regime democrático souberam superar, recusando revisionismos, vontades revanchistas ou provocações.

Os militares de novembro

Chamados a assinalar a importância histórica do 25 de Novembro, comecemos por agradecer aos seus verdadeiros construtores, aqueles a quem não faltou a firmeza na defesa do espírito libertador de Abril.

Do lado militar, a homenagem é devida à inteligência, pragmatismo e coragem de Ernesto Melo Antunes, que pela terceira vez, depois do Programa do MFA e do Programa de Política Económica e Social, contribuíra com o chamado *Documento dos Nove* para o desenho de uma clarificação moderada para a crise política que marcava o Verão de 75.

Publicado a 7 de agosto, e subscrito por **si e por Vasco Lourenço, Pezarat Correia, Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves, Sousa e Castro, Vítor Alves e Vítor Crespo**, o documento evidenciava a fratura no seio do MFA, cuja neutralidade pretendia restaurar, e afirmava a centralidade da democracia pluralista e dos direitos e liberdades fundamentais para a revolução portuguesa.

É igualmente o dia de saudar **António Ramalho Eanes**, pela sua firmeza no planeamento e condução operacional, permitindo o desfecho favorável à estabilização e democratização do Pais. E será também o dia de, com justiça, reconhecer o papel do **Presidente Costa Gomes** nas decisões finais que evitaram a guerra civil, levando ao recuo ou o não avanço de inúmeras unidades e participantes potenciais.

Estranha, incompreensível, e injustamente, todos os nomes dos Nove estão ausentes dos dois projetos de deliberação que promoveram a cerimónia em que agora participamos, calando muitos dos nomes que deveriam estar à cabeça da homenagem e desconsiderando a opinião qualificada de intervenientes decisivos como Vasco Lourenço.

O Partido Socialista e a liderança dos civis

Do lado civil, aqui reafirmamos, reivindicamos e proclamamos com orgulho: Mário Soares e o Partido Socialista foram determinantes desde a primeira hora para que prevalecesse o caminho em direção à Democracia pluralista que hoje temos.

Foi nesta luta que o PS, nascido na resistência à Ditadura, se forjou como partido popular e se deu a conhecer como força política liderante perante o País, trazendo a consolidação da liberdade:

- Na contestação vocal da unicidade sindical;
- Na defesa intransigente da realização da eleição da Assembleia Constituinte, e da qual emergiu vitorioso e legitimado pelo voto livre e democrático dos Portugueses;
- Na reação firme à sua exclusão das comemorações do 1.º de maio de 1975 ou perante a ocupação do jornal "República";
- Na reunião da solidariedade internacional democrática de países e partidos comprometidos com a liberdade;
- Na mobilização popular, nas ruas, em defesa da Democracia, de Norte ao Sul, culminando massivamente na Fonte Luminosa em Lisboa;
- Na determinação em sair de Governos provisórios radicalizados e na defesa da Assembleia Constituinte cercada;
- Na construção das pontes para o Grupo dos 9, e liderando os partidos democráticos em defesa da Democracia pluralista anunciada no Programa do MFA.

A memória de novembro

E porquê este longo excurso sobre os pergaminhos do PS?

Porque ao contrário de alguns, que hoje se arrogam donos da interpretação autêntica de um evento no qual marcaram presença pela discrição, pela ausência ou seguindo a linha traçada pelo PS, o Partido Socialista tem a legitimidade e autoridade histórica para recordar que, precisamente por não rejeitar por um instante o seu papel e a sua responsabilidade direta no sucesso do 25 de novembro, a sua equiparação simbólica e cénica à comemoração da data fundadora do regime democrático é um caminho de reabertura de feridas há muito (e bem) saradas.

Se o PS se conta entre aqueles que inequivocamente são reconhecidos com vencedores do dia 25 de novembro, também se conta entre aqueles que compreenderam desde cedo, e até

hoje, que a reconciliação nacional começava ali, de imediato, superada que estava a ameaça de guerra civil.

Mas não o dizemos sozinhos:

- Oiçamos o que sabiamente nos dizem **Vasco Lourenço e a Associação 25 de Abril**: "*Os momentos – chave do percurso a caminho da consolidação democrática devem ser recordados e evocados, sem nunca admitirmos que qualquer deles se sobreponha ou pretenda ser igualado à comemoração do 25 de Abril de 1974.*"

- Revisitemos as palavras do **General Ramalho Eanes** que, sem nunca desvalorizar a importância do 25 de novembro, soube sempre afirmar que o "*25 de Abril foi único, foi fundador. É ele que concede a liberdade aos portugueses. É ele que devemos festejar e comemorar*", acrescentando, "*que os momentos fraturantes não se comemoram, recordam-se e recordam-se para refletir sobre eles.*"

- Recordemos os atos de **Mário Soares**, que enquanto primeiro Presidente da República civil em 60 anos (facto também marcante da normalização democrática, pondo fim à presença militar na chefia do Estado), compreendeu que deixara de ser adequado assinalar anualmente, a 25 de novembro, em cerimónia militar no RALIS, a despolitização e despartidarização das Forças Armadas.

As feridas haviam sarado, podíamos enfim celebrar Abril em união.

É por isso que, a decisão de assinalar uma data importante, atribuindo-lhe artificialmente a mesma dignidade e idêntica solenidade anual daquela que derrubou uma Ditadura de 48 anos, acabou com uma guerra injusta e irracional, assegurou a independência de povos irmãos, devolveu as liberdades fundamentais aos Portugueses e desencadeou a construção da Democracia, não mereceu o acordo do Partido Socialista no Parlamento.

Já a evocação, com a solenidade devida, dos 50 anos do 25 de novembro em 2025, conforme também proposto, teve o nosso voto favorável, porque reconhecemos e contribuímos ativamente o seu papel na caminhada para a Democracia.

Já não assim é o reiterar anual de uma cerimónia que até hoje a Assembleia da República reserva à comemoração do 25 de Abril, não a estendendo sequer à Proclamação da República ou à Restauração da Independência.

Em jeito de conclusão

Como prometido, regresso a Mário Soares, a título de curiosidade, para refletir sobre as escolhas em torno da memória de grandes acontecimentos. Considerava Soares "que *houve cinco grandes datas marcantes da nossa Revolução:*

- *O próprio dia 25 de abril;*
- *O dia 1 de Maio, com a ratificação popular da Revolução;*
- *As eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de abril de 1975, que legitimaram nas urnas o processo político iniciado um ano antes;*
- *O dia 2 de abril de 1976, com a aprovação da Constituição.*
- *As primeiras eleições legislativas, em 25 de abril de 1976, que iniciaram um processo de normalização democrática."*

Todas são datas que fomentam a união, a inclusão. Em 50 anos, em momento algum, tivemos qualquer dúvida sobre o que é que devíamos valorizar, sobre o que é que devíamos construir como memória histórica. Não o façamos agora. Não viremos Novembro contra Abril.

A poesia está na rua!

O juízo derradeiro, contudo, não é nosso. A vitória de Abril na memória coletiva dos Portugueses não advém de palavrosas intervenções numa Assembleia, cumprindo os nossos rituais tantas vezes herméticos.

É através da palavra dos nossos poetas e dos versos que deixaram a Abril, que este mês se tornou para sempre sinónimo de Liberdade. Por muito que tentem forçar outra narrativa, não há Poesia que consigam produzir para fazer valer a ideia.

A madrugada inicial, inteira e limpa que Sophia elevou a cântico da libertação do País, as Portas cuja abertura escancarada para o futuro Ary cantou, as sacerdotisas de Baco convocadas por Natália para comemorar com os Portugueses tornados homens e, especialmente, mulheres, finalmente livres, cantam e continuarão a cantar Abril.

E, assim, agora sim por aqui termino, recordando, agora com as palavras exatas de Manuel Alegre, o que para tantos devia ser óbvio: Abril é mesmo de Abril.

Era um Abril de amigo Abril de trigo
Abril de trevo e trégua e vinho e húmus
Abril de novos ritmos novos rumos.
Era um Abril comigo Abril contigo
ainda só ardor e sem ardil
Abril sem adjectivo Abril de Abril.

Era um Abril na praça Abril de massas
era um Abril na rua Abril a rodos
Abril de sol que nasce para todos.
Abril de vinho e sonho em nossas taças
era um Abril de clava Abril em acto
em mil novecentos e setenta e quatro.

Era um Abril viril Abril tão bravo
Abril de boca a abrir-se Abril palavra
esse Abril em que Abril se libertava.
Era um Abril de clava Abril de cravo
Abril de mão na mão e sem fantasmas
esse Abril em que Abril floriu nas armas.

Vila Nova de Gaia, 5 de dezembro de 2024

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Grupo Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 6

VILA NOVA DE GAIA

Intervenção na Discussão do Plano e Orçamento para o Ano de 2025

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Digníssima Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Sras. e Srs. Vereadores

Sras. e Srs. Deputados Municipais

Sras. e Srs. Colaboradores desta Assembleia Municipal

Digníssimo Público, Órgãos de Comunicação Social e Forças de Segurança

Sendo o orçamento municipal um documento estruturante das políticas que se querem implementar e desenvolver, deve sempre refletir uma ideia de progresso económico, social e ambiental num quadro de sustentabilidade.

É neste modelo conceptual que a posição do PAN se afirma, passando por uma visão integrada e interligada entre as diferentes áreas: desde a adaptação, a mitigação e a resiliência em relação às alterações climáticas, a mobilidade, o ordenamento do território, a habitação, a educação, a saúde, a sustentabilidade das contas, o investimento duradouro e a proteção animal.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

O PAN tem trazido a debate, quer nesta assembleia municipal, quer no âmbito do exercício do direito de oposição, temas relacionados com a literacia ambiental, com a mobilidade inclusiva, resíduos e economia circular, a transição energética, a dinamização de comunidades energéticas, a violência e a igualdade de gênero, a problemática da discriminação em relação à orientação sexual, a saúde e proteção animal.

Para o PAN a política tem e deve ser direcionada para a mudança e desenvolvimento, não só económico e social, mas sobretudo de mentalidades. É a mudança de uma mentalidade anacrónica, que em largos setores da sociedade continua a resistir e que impede a necessária e urgente alteração estrutural, para uma mentalidade aberta a novos conceitos, livre de tradições, que há de viabilizar a adoção de novos comportamentos, e dessa forma permitir ver e sentir o mundo de uma forma sustentável e justa.

O colapso ambiental já não é uma visão de futuro, mas sim uma realidade já presente nos nossos dias.

Infelizmente, este não é um mero resultado conjuntural. As graves crises que atravessamos são da responsabilidade dos líderes políticos mundiais, nacionais e locais, que mesmo perante todos os avisos continuam a ignorar as reais necessidades das gerações atuais e futuras. Não podemos continuar com as mesmas abordagens que nos trouxeram aqui. É necessário olhar para a sociedade e comunidade, para o planeta e território, de uma forma diferente.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

PAN
PESSOAS ANIMAIS NATUREZA
Grupo Municipal

VILA NOVA DE GAIA

Mas comecemos pelo princípio: as contas.

Tal como temos vindo a dizer nos sucessivos debates dos orçamentos anteriores, este orçamento surge-nos financeiramente equilibrado, cumprindo dessa forma os princípios e regras orçamentais. Embora os fundamentos políticos, de algumas opções tomadas, mormente a nível fiscal, ambiental e proteção animal, sejam passíveis de discussões mais ideológicas, certo é que este executivo apresenta um orçamento financeiramente sólido.

Neste capítulo, devemos, desde logo, realçar e congratular o Executivo pela continua redução da divida, a qual presentemente ronda os 71 milhões de euros.

Compete-nos, de igual forma, pronunciamo-nos positivamente sobre a taxa de execução do orçamento, a qual tem vindo a ser superior a 85%.

Quanto à política fiscal, acompanhamos o Executivo no que toca ao IMI, à participação variável no IRS, mas já não acompanhamos o critério que preside a fixação da taxa de derrama, bem como da isenção, uma vez que consideramos, como inúmeras vezes já o dissemos, que deveria também ser considerado o critério do setor de atividade por forma a incrementar empregos verdes, estáveis e duradouros, no concelho de Vila Nova de Gaia.

De uma forma geral, podemos afirmar que acompanhamos o executivo no que concerne às suas opções de política orçamental, educacional, social, habitacional, áreas da saúde e invariavelmente, porque muito importante em termos da descarbonização, a política dos transportes públicos.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

PAN
PESSOAS ANIMAIS NATUREZA
Grupo Municipal

VILA NOVA DE GAIA

Uma palavra a dizer também no que concerne à ação social e às políticas públicas como instrumentos de desenvolvimento e de equidade, as quais também acompanhamos na generalidade.

No âmbito da sustentabilidade ambiental e da preservação da biodiversidade, tínhamos expectativas de assistir, neste orçamento, a um salto qualitativo e quantitativo, no entanto, o plano de atividades que acompanha este orçamento pouco ou nada nos diz sobre esta temática, à exceção das medidas direcionadas aos transportes públicos, com as quais, evidentemente, nos congratulamos.

Importa, pela grande importância que ocupa nesta temática, abordar a questão da transição energética e o papel primordial que os municípios têm na sua implementação. Neste caminho que é preciso trilhar, os municípios figuram como elementos fundamentais por várias razões: gerem o território e o seu desenvolvimento, são agentes locais de educação e disseminação de conhecimentos relacionados com o clima, o ambiente e a energia. Têm uma relação de forte proximidade com os cidadãos e empresas, essencial para a construção de redes locais. Podem intermediar e implementar programas e estratégias adaptadas às circunstâncias e necessidades locais, em particular no domínio energético. Estamos cientes da falta de enquadramento na contratação pública e da inexistência de modelos contratuais, no entanto, torna-se essencial que o município de Vila Nova de Gaia se torne dinâmico neste âmbito. Infelizmente, não é isso que resulta deste orçamento.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

De igual forma, neste capítulo, lembramos uma vez mais para o total abandono em que se encontra atualmente o rio Douro. Não queremos as encostas do rio Douto repletas de edifícios, habitacionais ou não, e as suas águas reféns de barcos turísticos. Assistimos hoje, impávidos, à destruição paulatina de um valor imensurável, que é o nosso rio e a nossa reserva natural do estuário do douro. Este Executivo, pode e deve ser o dinamizador, para que junto das entidades a quem também compete a gestão das águas fluviais, se tomem medidas urgentes de conservação e de mitigação deste atual problema.

Por outro lado, e de forma negativa, assiste-se ao crescimento da paisagem cinzenta do betão, em detrimento de espaços verdes de proximidade e os chamados corredores verdes, principalmente, no centro da cidade. Também não vislumbramos medidas que ponham em prática algumas das obrigações impostas aos municípios pela Lei 59/2021, de 18 de agosto que estabelece o regime jurídico de gestão do arvoredo urbano, nomeadamente no que toca à elaboração de um regulamento municipal de gestão do arvoredo urbano, bem como à inventariação do arvoredo urbano existente.

Quanto à temática da proteção e bem-estar animal, congratulamo-nos e saudamos uma série de medidas, as quais têm vindo a ser reiteradamente reclamadas pelo PAN. Contudo, entendemos, que continuam tímidas as políticas implementadas pelo Executivo e que as mesmas ainda estão muito longe de mitigar o problema do abandono e dos maus-tratos. De igual forma, as medidas aplicadas no âmbito do programa CED, continuam em ritmo lento, perdendo, nessa medida, toda a sua

PAN
PESSOAS ANIMAIS NATUREZA
Grupo Municipal

VILA NOVA DE GAIA

eficácia, o que tem permitido a continua proliferação das colónias de gatos e das matilhas.

Para terminar, apesar de estarmos de acordo com muitas das medidas anunciadas, certo é que outras ficam aquém daquilo que era expectável, e nesse sentido entendemos que a abstenção é aquela que melhor define a nossa visão sobre este orçamento.

Vila Nova de Gaia, 05 de dezembro de 2024

O Grupo Municipal
do PAN - Pessoas - Animais – Natureza
Pedro Ribeiro de Castro

Pedro Ribeiro de Castro

Assinado de forma digital por Pedro Ribeiro de Castro
Dados: 2024.12.05 15:40:27 Z

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXO N.º 7

Grupo Municipal
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Vila Nova de Gaia, 05 de dezembro de 2024

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente do Executivo, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Polícia Municipal, Senhores funcionários da Câmara, Caros munícipes,

Ao analisar o Orçamento Municipal de Vila Nova de Gaia para 2025, verificamos que se trata de um documento que, **lamentavelmente, espelha falta de ambição** na gestão autárquica dos últimos doze anos.

Com uma receita prevista de 284 milhões de euros - o maior orçamento de sempre - seria expectável **um plano ambicioso** e **transformador** para o **terceiro maior município** do país. Contudo, o que nos é apresentado **não passa de um exercício de protelação, um documento que não vai de encontro às reais necessidades dos Gaienses.**

Em doze anos de governação, este executivo beneficiou de cerca de dois mil milhões de euros em receitas. Um período extraordinário de crescimento financeiro que, infelizmente, **não se traduziu num desenvolvimento proporcional do nosso concelho**. Continuamos a ter **assimetrias entre as freguesias do litoral, centro, e o interior** (tais como **transportes, saúde, criação de postos de trabalho e** outros).

Vejamos **o rol de obras** eternamente **adiadas**: **as reabilitações** das **escolas** EB Anes Cernache e Adriano Correia de Oliveira, a Escola Secundária Gaia Nascente, **as piscinas** do Maravedi e da Lavandeira, **os pavilhões** de Vilar do Paraíso e São Félix da Marinha, **as unidades de saúde** dos Carvalhos, Grijó , Afurada , e o **prometido Museu da Cidade**.

São projetos sucessivamente anunciados que parecem ter luz quando este ciclo autárquico tiver terminado.

A **rede viária do concelho** permanece num estado lastimável, e para 2025 apenas nos é apresentado um vago "objetivo e desafio constante". Na **questão habitacional,** com quase 200 milhões de euros disponíveis do PRR, o executivo apenas **prevê concluir 36 habitações** na Madalena, remetendo o grosso do investimento para 2026.

A gestão deste executivo que tanto prometeu, revela-se agora **incapaz** de fazer face aos reais problemas, **nestes últimos doze anos** de oportunidades claramente desperdiçadas, de promessas por cumprir, de uma visão estratégica sem efeitos práticos.

Por todas estas razões,

Este orçamento, **não é mais do que um exercício de protelação** por esta **ausência total de visão estratégica,** para o desenvolvimento de todo nosso concelho.

Assim sendo, **o nosso voto será contra.**

Grupo Municipal do Partido CHEGA

(Deputado Alcides Couto, Dr.)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V N C
ANEXO N.º 8

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO 2025

Tendo presente que, conforme estipulado na Constituição da República Portuguesa (art. 235º), "as autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas, consideramos que a elaboração do orçamento de uma Câmara deve, obrigatoriamente, ser norteado por esse fim e, nesse sentido, responder às necessidades mais prementes dos seus Munícipes.

A falta de habitação, os elevados valores de renda, inacessíveis a muitos dos gaienses, a falta transportes coadunados às necessidades dos gaienses, sobretudos das freguesias mais distantes do centro da cidade, que parece estar longe de estar resolvida com a actual prestação da UNIR, parecem-nos ser algumas das preocupações mais prementes dos gaienses e que devem, portanto, estar subjacentes à elaboração do orçamento aqui em apreciação, designadamente no que respeita à política fiscal, de habitação e de transportes.

Outro aspecto que pode ter um impacto positivo e directo na vida dos gaienses é a existência de emprego e de emprego de qualidade em Gaia. Assim, consideramos ser fundamental implementar políticas que funcionem como polo de atracção de boas empresas para o Concelho de Gaia, que criem emprego qualificado.

A elaboração do orçamento não pode também ser alheia aos novos desafios que se colocam, como sejam, designadamente, o envelhecimento da população e a necessidade de dar resposta a esta classe etária da população, as questões climáticas e ambientais, a pobreza energética e o desenvolvimento tecnológico.

Em relação ao documento apresentado:

1. No item designado de "fundamentação política" são referidos projectos como se fossem projectos do Município, quando são obras da Administração Central. A título de exemplo, o TGV, as novas linhas do Metro, a reabilitação da Linha do Norte.

   Salientamos, ainda, que diversos investimentos mencionados já constavam de anteriores orçamentos e, até hoje, não foram sequer iniciados.

   Não podemos, também, deixar de repudiar a menção à gestão do executivo do PSD como sendo desastrosa quando todos sabemos que foi essa mesma gestão que muniu

o Concelho de infraestruturas que permitiram atrair, para o Concelho, pessoas e investimento capaz de gerar receitas elevadíssimas, das quais beneficia o actual executivo.

No âmbito da Estratégia Local de Habitação foram identificados 3.190 agregados familiares em carência habitacional e a serem solucionados ao abrigo deste programa. O Programa previa que 2.109 fogos fossem disponibilizados pelo Município até 2026 no âmbito do 1º direito no valor de 143 M€ financiados com verbas do PRR.

Ao abrigo da Estratégia Local de Habitação estão previstos a aquisição de 36 fogos na freguesia da Madalena para o ano de 2025 num investimento de 8,7M€ e até março de 2026 está prevista a aquisição de 318 fogos em diversas freguesias do Concelho no valor de 62,6 M€. Preocupa-nos, assim, o baixo grau de execução deste contrato-programa, nomeadamente o reduzido número de entrega de casas e o atraso considerável na construção de novos fogos, sinais que indiciam o risco sério do Município perder parte substancial daquele financiamento e ainda mais grave, ficar sem soluções para dar resposta, após 2026, aos cerca de 1.500 pedidos de habitação pendentes nos serviços municipais (Listagem da Gaiurb a Agosto de 2024) de famílias vulneráveis e em condição económica difícil.

2. Ao nível do orçamento propriamente dito, não podemos deixar de constatar que, face ao ano de 2024, há um aumento da receita de 271,9 M€ para 284,8 M€ (+12,9M€), decorrente do aumento das receitas correntes (+2M€), designadamente da derrama, mas, também, e sobretudo, do aumento das receitas de capital, nomeadamente do aumento dos passivos financeiros (+13,8M€ que o valor estimado para 2024). Paralelamente, verifica-se uma nova diminuição das transferências de capital de 39M€ em 2024 para 35M€ em 2025.

Do lado das receitas, reiteramos o nosso agrado com o acolhimento da fixação da participação variável no IRS nos 2,5%, patamar pelo qual PSD tem, sucessivamente, pugnado, de modo a reduzir a discriminação negativa dos gaienses face aos portugueses de outros Municípios. Já em relação ao IMI e à derrama a proposta de redução do PSD não teve o mesmo acolhimento.

Em linha com os orçamentos apresentados em mandatos anteriores, o presente orçamento mantém a trajectória de crescimento das despesas com pessoal (+15,7M€ em 2022, + 13,5M€ em 2023, +6,1M€ em 2024 e +9,8M€ em 2025, ou seja, em 4 anos as despesas com pessoal mais do que duplicaram). O crescimento das despesas com pessoal,

nesta ordem de grandeza, como temos vindo a referir ao longo dos anos, gera-nos uma grande apreensão dado tratar-se de uma despesa "rígida" e que, em caso de retração da receita, poderá gerar pressões financeiras nas contas do Município.

Se no orçamento de 2023 era mencionado que o valor de despesas com pessoal incluía 14M€ referentes à transferência de funcionários no âmbito da descentralização de competências, o orçamento de 2025, assim como o de 2024, é omisso no que respeita à quantificação do aumento dos custos com pessoal decorrente especificamente da descentralização de competências. Parece-nos, contudo, que o acréscimo de custos com pessoal estimado para 2025 não será justificado apenas pela Descentralização de Competências – uma vez que parte do aumento decorrente desta já se encontrava reflectido em 2024 - nem pelas actualizações salariais.

No orçamento de 2025 apresentado, se do lado das receitas conseguimos aferir que o valor transferido para o Município no âmbito da transferência de competências é de 30,8M€, já do lado das despesas não nos é possível aferir o valor de despesa decorrente da transferência de competências, não sendo, assim, possível determinar o impacto das transferências de competências no saldo orçamental e apurar, consequentemente, a necessidade de reforço do Fundo de Financiamento de Descentralização de Competências, uma vez que Orçamento Municipal não pode ser onerado pelas competências transferidas.

Constatamos que o orçamento apresentado cumpre a regra do Equilíbrio Orçamental. Porém, não podemos deixar de manifestar preocupação com reduzida margem apurada de 55,34K€.

Face ao exposto, o PSD vota contra o Orçamento e Opções do Plano 2025.

Vila Nova de Gaia, 5 de Dezembro de 2024

P'los Srs. Deputados do PSD,

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

ASSEMB MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 9

Declaração Política

Orçamento e opções do plano para o ano 2025

(Ponto 4.20 da AM de 5 de dezembro de 2024)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo Municipal.

Senhoras e Senhores Deputados.

Estimado Público.

Forças de Segurança.

Comunicação Social.

Vivemos aqui, nesta Assembleia, um momento singular – é no presente projeto autárquico liderado pelo Partido Socialista a última vez que aqui trazemos um Orçamento e opções do plano, neste caso para 2025.

Não temos qualquer dúvida que 365 dias volvidos, mais coisa, menos coisa estaremos cá com um novo mandato dos nossos eleitores, mas sobre isso, teremos muito tempo para falar.

Meus senhores, minhas senhoras, vamos lá então à discussão.

Toda a informação sobre o documento em discussão, bem como outros que com ele se relacionam, são públicos. É também verdade que nem sempre a informação resulta em conhecimento e para não complicar a vida a ninguém permitam-me que comece por citar a publicação anual da ordem dos contabilistas certificados, que no seu anuário nos apresenta alguma informação que me parece ser útil todos tomarem como sua.

Quem sabe, com esta mudança de atitude conseguem transformar em conhecimento algumas destas coisas, numa espécie de lucro pedagógico.

Peço que decorem este número. **200!**

Começo por vos trazer uma comparação entre 2023 e 2013. Dez anos.

Em 2013 o volume de investimento era 21,9 milhões.

Em 2023 foi de 38,4 milhões. Quase o dobro.

Em 2013 foram pagos 9,2 milhões de empréstimos. Em 2023, 25 milhões.

Fomos o terceiro com maior diminuição do passivo exigível. Pagamos mais de 200 milhões de passivo municipal. Lembram-se do número que pedi para recordarem?

Mas, como todos os anos temos dito, as contas no verde são apenas um instrumento – não são o nosso objetivo. São algo que todos precisamos para prosseguir com a trajetória de desenvolvimento do nosso território. Mas, repito, que ninguém se engane – estamos orgulhosos do trabalho feito na área financeira?

Claro que sim.

Muito.

Mas, na medida exata da sua utilidade para melhorar a vida de todos os que fazem parte da nossa comunidade.

Reparem nisto – pagamos 200 milhões de dívida.

É como se houvesse um ano em que não tivemos orçamento para gastar, certo?

2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023. "Menos um"!

Podemos conversar sobre os pavilhões, as piscinas, os centros de saúde... Desculpem-me este argumento um pouco populista, mas assim fica mais fácil explicar o que está em causa com o pagamento de 200 milhões.

Meus senhores, minhas senhoras

Temos ouvido pela voz de inúmeros intervenientes no debate político do nosso concelho uma crítica recorrente – os impostos em Gaia são muito altos e poderiam ser mais baixos.

A propósito disto, permitam-nos duas notas:

a) IMI – a Câmara baixou sete vezes o IMI (quantas vezes o fizeram os anteriores responsáveis?); São quase 8 milhões de euros que ficam do lado das pessoas
b) Lembramos, no entanto, que menos impostos significariam menos investimento e, **penso que até seria um debate interessante para este noite – qual é o imposto que querem diminuir, em que valor e o que deixariam de fazer por terem feito essa opção? Uma centésima a menos, é um milhão a menos. O que deixarão de fazer? Querem sugerir?**

O orçamento da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia para 2025 é de 284,76 milhões de euros, mais 12,86 milhões de euros face a 2024. Deste valor, 69,83% (198,8 milhões de euros) são receitas correntes e 30,17% (85,9 milhões de euros) são receitas de capital.

Já aqui vos falamos de indicadores de diversa ordem que mostram a qualidade do trabalho realizado, mas há uma marca que não podemos deixar de destacar, com um sublinhado muito forte – as nossas políticas na área social

São essa também uma importante e significativa dimensão do nosso projeto politico, algo quase impossível de comparar com qualquer coisa que tenha sido feita no passado, tal a disparidade de elementos para analisar.

Posso dar um salto para as opções do plano, isto é, o que nos propomos fazer em 2025?

Saúde e Educação:

- Saúde: heliporto, em obra. 1,5 milhões de euros;

(Posso, por exemplo, lembrar aqui como foi o voto de várias bancadas quando este executivo decidiu usar dinheiro do orçamento municipal para investir no Hospital de Gaia?)

- 4 unidades de cuidados continuados – 342 lugares;

- 5 unidades – 169 lugares;

- Centro de saúde dos Carvalhos, em adjudicação,

- Centro de saúde de Grijó, projeto de execução em fase final,

- Reabilitação de 8 escolas (4 em concurso + 4);

- Quatro novas creches (Projetos em concurso);

- Gaia Aprende + e Gaia Aprende + (i);

- Escola Ciência Viva;

- Apoios sociais nas escolas;

No âmbito municipal destacar:

- Novas oficinas municipais;

- Novo quartel da polícia municipal;

- Nova frota de veículos pesados do município totalmente reformulada.

Haverá quem diga que não há aqui nada de novo, o que não sendo verdade, até poderia parecer um elogio – não seria em ano de eleições que viríamos aqui apresentar perante todos um documento eleitoralista cheio de medidas novas. Presos por ter cão...

Outros dirão que lhe falta ambição.

Claro - em 2013 tinhamos 2,75 centímetros. Só a linha Rubi são mais de 6 km.

- TGV – ponte D. António Francisco dos Santos;

- Metro – Linha Rubi e a ponte Dona Antónia.

Na mobilidade, em concreto na área dos transportes rodoviários, a despesa prevista é de 17,3 milhões (8,82%), destacando-se as transferências correntes/subsídios para a municipalização do serviço explorado da STCP (4,1 milhões para 2025) e as transferências para a Área Metropolitana do Porto no montante de 1,7 milhões, especificamente para a operação da rede de transportes UNIR.

Na habitação, no âmbito do 1.º Direito, o relatório aloca 76,1 milhões a executar até março de 2026. A Câmara estima gastar 13,6 milhões neste tópico no próximo ano e 62,6 milhões no ano seguinte, sendo que irá adquirir 387 fogos.

Dado o adiantado da hora destaquei a saúde, a educação, a mobilidade e a habitação. Quatro eixos do nosso projeto.

Um orçamento de 285 milhões, que nos chega numa trajetória crescente, num modelo de desenvolvimento sustentável e onde as contas estão ao serviço da política e onde a política está ao dispor das pessoas.

Orçamentos apresentados e taxas de execução elevadíssimas que tornam muito credíveis os documentos que aqui temos apresentado nos últimos dez anos e que, só por si, ajudam a valorizar o que hoje aqui apreciamos e que resulta como o último elemento de um projeto iniciado em 2013.

Tem sido assim desde 2013 – trabalhar de forma pensada e estruturada, com projetos que ficam para lá dos nossos mandatos. Todos o sabem, todos o parecem ignorar, mas nós estamos cá para lembrar o que foi feito e o que foi pago. Ainda se lembram do número 200?

E recordam-se ainda que vos disse que o investimento era agora o dobro do que havia em 2013, certo?

Dedicados a Gaia e ao seu futuro, aqui nos apresentamos para aprovar de forma entusiasta o documento apresentado pelo executivo, a quem saudamos.

Vila Nova de Gaia, 05 de dezembro de 2024

O Partido Socialista

RELATIVAMENTE A ESTE PONTO, O CDS VOTARÁ SEMPRE FAVORAVELMENTE TODO E QUALQUER ~~Ponto~~ EQUIPAMENTO QUE SE ENTENDA FUNDAMENTAL E PREPONDERANTE PARA O CONCELHO E SERVIÇO QUE PRESTA ~~A SUA POPULAÇÃO~~ A SUA POPULAÇÃO, MAIS AINDA UM EQUIPAMENTO QUE EM NOSSO ENTENDER É CRUCIAL PARA ESTE CONCELHO E CERTAMENTE PARA TODOS OS CONCELHOS LIMITROFES DESTE, QUE MUITO O UTILIZARÃO COM TODA A CERTEZA E QUE SÓ PECA POR TARDE.

- GOSTAVA AINDA DE PERGUNTAR, ISTO POR MERA CURIOSIDADE E CONHECIMENTO, PORQUE RAZÃO VOLTA ESTA PROPOSTA À ASSEMBLEIA PARA APROVAÇÃO, UMA VEZ QUE TEMOS A CERTEZA DA MESMA JÁ TER SIDO ANTERIORMENTE VOTADA E CREIO QUE APROVADA POR UNANIMIDADE POR TODOS OS PRESENTES.

- QUERIA AINDA PERGUNTAR AO SR. PRESIDENTE DA CAMARA SE NO AMBITO DESTE PROCESSO E NOVO PROCEDIMENTO FOI PREVISTO, ESTUDADO OU PENSADA A AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE CANELAS, POIS APRESENTA-SE JÁ E/ MUITO POUCO ESPAÇO PARA MAIS SEPULTURAS.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 10

POR ULTIMO E APÓS LEITURA DO CADERNO DE CONCURSO PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO E VISTA ~~PA~~ CONSTRUÇÃO DESTE EQUIPAMENTO DETETAM-SE ALGUNS ERROS, NOMEADAMENTE NO PONTO 6 CDS- PARTIDO POPULAR

RELATIVO A DESCRIÇÃO DOS COMPARTIMENTOS ARTICULADO D - ZONAS TÉCNICAS

ALINEA D9 - GARAGEM, EM QUE SE CITA A CAPACIDADE PARA 4 VEÍCULOS FUNERÁRIOS.

POSTERIORMENTE NO PONTO 9 - QUADRO DE ÁREAS NO ARTICULADO CORRESPONDENTE AS ZONAS TÉCNICAS ONDE SE INCLUI A GARAGEM ESTE QUADRO APENAS CONTEMPLA 3 CARROS FUNERÁRIOS - ÁREA DE 55 m^2

LOGO EM CONTRADIÇÃO COM O ANTERIORMENTE DESCRITO, PELO QUE SE SOLICITA A DEVIDA CORREÇÃO, TENDO EM CONTA A INCONGRUÊNCIA DETETADA, JULGANDO-SE MERO LAPSO, QUE DEVE SER CORRIGIDO SE POSSIVEL.

Ponto 6.

Descrição dos compartimentos.
D - 20nas técnicas.
D9 - Garage.
em que se lê e/ capacidade para 9 veículos funerários.

Ponto 9

Quadro de Áreas.

NA 20na técnica onde se indui ~~as Garages~~ a Arca.

3 Carros ~~funebres~~ funerários. 55 m²

Assim Pede-se Correção!

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º _____

instalação de mais fornos crematórios no futuro. Esta intenção tem que estar representada na proposta, ainda que a título indicativo de uma solução futuro.

Tal como já foi referido, determina-se que seja pensada uma relação com o exterior versátil que preveja a alternativa a cerimónias que ocorram extemamente a este edifício, não havendo por isso ligação entre o ritual de velação e o processo crematório.
Terá que haver uma unidade de conjunto e os materiais laváveis e altamente resistentes, tendo em conta as funções inerentes ao espaço definido. Esta sala necessita de possuir condições acústicas e térmicas especiais devido à atividade aqui executada.

Características técnicas especiais:

No que toca a mobiliário fixo e técnico, prevê-se a colocação de todo o mobiliário necessário que permita o bom funcionamento das atividades fúnebres inerentes a este espaço.
O equipamento técnico necessário para o correto funcionamento da Sala de Cremação contendo obrigatoriamente:

- No mínimo, 1 (um) forno crematório, com diferentes ciclos de cremação.

D8. Sala das Máquinas/Geradores

Descrição: A Sala das Máquinas/Geradores deverá localizar-se no piso técnico do onde se prevê a instalação do(s) gerador(es), ligação entre, no mínimo 1 (um) forno crematório e a cobertura do edifício, através de uma chaminé. Este espaço e a Sala da Cremação são complementares. Assim, a nível técnico é importante ser pensada a sua insonorização de forma a responder integralmente à sua estanquicidade e isolamento acústico, garantindo o silêncio necessário quer na Sala da Saudade, quer no piso técnico, quer nos restantes compartimentos do Centro Funerário e Crematório do Município de Vila Nova de Gaia.
Por razões de isolamento do ruído, este compartimento não pode ter relação de meação com nenhum dos compartimentos das Zonas Cerimoniais.

D9. Garagem

Descrição: A Garagem será um espaço que deve integrar o piso técnico do Centro Funerário e Crematório do Município de Vila Nova de Gaia, onde se prevê resposta a um estacionamento privado de apoio ao transporte dos defuntos, com capacidade para quatro veículos funerários. Irá estabelecer a ligação direta entre o exterior e a zona técnica de forma a fazer uma maior separação dos circuitos inerentes ao Centro Funerário e Crematório do Município de Vila Nova de Gaia.

GAIURB,EM
URBANISMO E HABITAÇÃO

Guia	---
Data	28/11/2024

Válida pelo prazo de um ano

N.º	W38005
Operador	web

PLANTA TOPOGRÁFICA DE LOCALIZAÇÃO

Requerente	Luís Manuel Aranha Alvarez Pombo	Alvará nº	
Local/Rua	Rua Rogério Cardoso Pinto, nº101 - Lote 10	Lote nº	---
Pretensão	Pedido de Licenciamento	Freguesia (CAOP)	Arcozelo
Natureza	Obras de edificação	Escala	1:5000



Aplicação desenvolvida por PH-Informática SA, licenciada a Gaiurb EM.

SIMBOLIZAÇÃO

Delimitação do Cadastro da Pretensão

Atualização Cartográfica de vias

Planta emitida via internet, apenas válida para a instrução de processos na Gaiurb,EM.

O fornecimento desta planta não implica qualquer compromisso quanto ao deferimento do pedido que vier a ser requerido ou à concessão da respectiva licença.

Cartografia produzida à escala 1:5000 ano 2012

(D) ZONAS TÉCNICAS	ACESSO RESTRITO (funcionários/ técnicos e uma)	D1. Sala de Tanatopraxia	1	40 m²	40 m²
		D2. Sala de Refrigeração	1	24 m²	24 m²
		D3. Sala de Etiquetagem	1	15 m²	15 m²
		D4. Sala de Armazenamento	1	15 m²	15 m²
		D5. I.S. (funcionários/técnicos)	1	20 m²	20 m²
		D6. Balneários (funcionários/técnicos)	1	20 m²	20 m²
		D7. Sala de Cremação	1	Mín.100 m²	Mín.100 m²
		D8. Sala de Máquinas/Geradores	1		
		D9. Garagem	1	3 carros funerários	55 m²
		Área suplementar de circulação			Variável
					313 m²

(E) ZONAS EXTERIORES	ACESSO PEDONAL E AUTOMÓVEL (visitantes e técnicos)	E1. Jardim da Contemplação			Variável
		E2. Estacionamento	1	52 veículos	Variável
		Área suplementar de circulação			Variável

ÁREA TOTAL (A) + (B) + (C) + (D)	**1100 m²**

Os concorrentes terão obrigatoriamente que preencher o quadro de áreas apresentado no Anexo 2 - Quadro de Áreas do Programa de Concurso com as áreas propostas.

NOTA: Estas áreas são indicativas, podendo a área total por compartimento variar em -20% (abaixo dos valores das áreas de referência), ou até em +20% (acima dos valores das áreas de referência), excluindo os compartimentos facultativos, sob pena de exclusão da proposta apresentada.

*Este compartimento poderá ser substituído pelas Instalações Sanitárias do Público.

10. CUSTO ESTIMADO

GAIURB,EM
URBANISMO E HABITAÇÃO

Guia	---
Data	28/11/2024

Válida pelo prazo de um ano

N.º	W38005
Operador	web

PLANTA TOPOGRÁFICA DE LOCALIZAÇÃO

Requerente	Luís Manuel Aranha Alvarez Pombo	Alvará nº	
Local/Rua	Rua Rogério Cardoso Pinto, nº101 - Lote 10	Lote nº	---
Pretensão	Pedido de Licenciamento	Freguesia (CAOP)	Arcozelo
Natureza	Obras de edificação	Escala	1:10000



Aplicação desenvolvida por PH-Informática SA, licenciada a Gaiurb EM.

SIMBOLIZAÇÃO

Delimitação do Cadastro da Pretensão

Atualização Cartográfica de vias

Planta emitida via internet, apenas válida para a instrução de processos na Gaiurb,EM.

O fornecimento desta planta não implica qualquer compromisso quanto ao deferimento do pedido que vier a ser requerido ou à concessão da respectiva licença.

Cartografia produzida à escala 1:5000 ano 2012

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 11

MINUTA DE ATA Nº 62

Reunião Ordinária de 05.12.2024

Ao quinto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. Foram, no Período de Antes da Ordem do Dia, votados os seguintes documentos:

a) Foi um, **Voto de Saudação,** apresentado pelo Grupo Municipal do BE, "45 Anos do Serviço Nacional de Saúde", **Aprovado por Maioria,** com 39 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN), 05 votos contra do PSD, e 04 abstenções (02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL). ----------

b) Foi um, **Voto de Recomendação,** apresentado pelo Grupo Municipal da IL, "Papel da Polícia Municipal na fiscalização e organização do trânsito", **Rejeitado por Maioria,** com 34 votos a contra (19 do PS e do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 09 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL) e 05 abstenções (02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN). ----------

c) Foi um, **Voto de Recomendação,** apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, "Via de Cintura Interna", **Aprovado por Maioria,** com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 abstenção da IL. ----------

d) Foi uma, **Moção**, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, "25 de novembro", **Rejeitado por Maioria,** com 39 votos contra (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN), 09 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL). ----------

2. No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ----------

a) **Foi o Ponto 4.20. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Orçamento e Opções do Plano para o ano 2025, nos termos do art.º 27.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro (alterada pela Lei n.º 66/2020)", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (19 do PS e 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 11 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 CDU, 01 do CH e 01 da IL) e 03 abstenções (02 do BE e 01 do PAN). ----------

b) **Foi o Ponto 4.21. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de

recrutamento de trabalhadores em regime de Contrato de trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto, para a Carreira/Categoria de Assistente Técnico (Animador Sociocultural)", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

c) **Foi o Ponto 4.22. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em regime de Contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, para a Carreira/Categoria de Assistente Operacional", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

d) **Foi o ponto 4.23. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento na modalidade de Contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado na Carreira Geral de Técnico Superior, área de Engenharia Civil", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

e) **Foi o ponto 4.24. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento na modalidade de Contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado na Carreira Geral de Técnico Superior, área de Direito", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

f) **Foi o ponto 4.25. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Concessão para Construção e Exploração do Centro Funerário e Crematório do Município de Vila Nova de Gaia", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

g) **Foi o ponto 4.26. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao 2º Edital de Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para implementação de projetos no âmbito do Investimento RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao acesso à Habitação – Aviso de Publicitação n.º 01/C02-I01/2021, Componente 02 – Habitação – Alterações à Minuta do Contrato Promessa e outros", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

h) **Foi o Ponto 4.27. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público de uma das Parcelas de Terreno, sitas no Lugar da Lavandeira, Freguesia de Oliveira do Douro – Retificação da Deliberação da Assembleia Municipal de 25 de julho de 2024, uma vez que a sua área é de 13.920 m2", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

i) **Foi o Ponto 4.28. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

- Posturas Municipais de Trânsito na Rua de Nossa Senhora das Dores, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua dos Abraços, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua do Rio de Pisão, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Travessa das Moutadas, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Rio do Paço, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares; ----------
- Postura Municipal de Trânsito no Travessa de Caetano de Melo, Freguesia de Oliveira do Douro". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

E, nada mais havendo a tratar por hoje, foi esta reunião dada por encerrada eram 01 horas e 35 minutos do dia 6 de dezembro de 2024, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)